

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA



**Percepção Parental sobre os Estilos Educativos Parentais e
os Padrões de Vinculação da Criança: Um Estudo com
Mães e Pais Adoptivos e Biológicos**

Ana Margarida Martins Sequeira Lavado

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

Secção de Psicologia Clínica e da Saúde/Núcleo de Psicologia Clínica Dinâmica

2015

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA



**Percepção Parental sobre os Estilos Educativos Parentais e
os Padrões de Vinculação da Criança: Um Estudo com
Mães e Pais Adoptivos e Biológicos**

Ana Margarida Martins Sequeira Lavado

Dissertação orientada pela Prof. Doutora Salomé Vieira Santos

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

Secção de Psicologia Clínica e da Saúde/Núcleo de Psicologia Clínica Dinâmica

2015

Agradecimentos

À Prof. Doutora Salomé Vieira Santos pelo apoio, disponibilidade, compreensão, investimento, e rigor com que me orientou e acompanhou até ao culminar deste percurso. Pelo seu grande contributo científico, mas também pelas palavras amigas, tranquilizadoras e encorajadoras nos momentos mais desafiantes.

À Doutoranda Marta Nunes pelo carinho, simpatia e prontidão, constantes nesta caminhada.

A todos os Pais e Mães que contribuíram, com a sua participação, para esta investigação.

À minha família, por todo o acompanhamento, apoio e amor incondicionais, permitindo-me ter o meu próprio tempo de crescimento, mas incentivando-me sempre a “ser mais e melhor”.

Aos meus amigos, pela força e suporte, pelos sorrisos, abraços e tantos momentos partilhados.

A Deus por me ter protegido e iluminado ao longo de todo este processo.

Resumo

Este estudo foca os estilos educativos parentais e a percepção parental dos padrões de vinculação da criança, em mães e pais adotivos e biológicos. Pretende-se: determinar se há variação nestas dimensões em função do grupo (adoção/biológico) e da figura parental (mãe/pai); averiguar a relação de cada uma das dimensões com (a) variáveis específicas da adoção referentes à criança e (b) variáveis sociodemográficas quer dos pais, quer da criança (em ambos os grupos). Os estilos educativos parentais foram avaliados com a adaptação Portuguesa do EMBU-P e os padrões de vinculação com a versão de hétero-avaliação do Inventário sobre a Vinculação na Infância e na Adolescência (IVIA). Foi ainda utilizado um Questionário para recolha de informação sociodemográfica respeitante aos pais e à criança, e informação específica sobre a adoção. Os participantes foram figuras parentais de crianças em idade escolar (6-12 anos), distribuindo-se por dois grupos - Adopção (G1, $N = 40$) e Biológico (G2, $N = 40$) -, cada um deles com o mesmo número de mães e de pais ($n_{\text{mãe}} = 20$, $n_{\text{pai}} = 20$). Os resultados mostraram que existem diferenças nos estilos educativos parentais em função do grupo (Tentativa de Controlo) e de se ser mãe/pai (Suporte Emocional), ocorrendo uma tendência idêntica para os padrões de vinculação (em função do grupo - Ansiosa-Ambivalente; interacção grupo x figura parental - Evitante). No G1, o apoio técnico recebido pela criança relacionou-se com os estilos parentais (Rejeição) e com os padrões de vinculação (Ansiosa-Ambivalente), relacionando-se ainda a idade da criança aquando da chegada à família com a Vinculação Segura. Verificaram-se associações diversas das dimensões em estudo com variáveis sociodemográficas dos pais (duração do casamento/união de facto, número de filhos e escolaridade - G1 e G2) e da criança (sexo e idade - G1).

Palavras-Chave: Estilos Educativos Parentais; Padrões de Vinculação; Pais Adoptivos; Pais Biológicos

Abstract

This study focuses on parenting styles and parental perception of the child's patterns of attachment, in adoptive and biological mothers and fathers. It sets out: to determine if there is any variation in these dimensions based on the group (adoption/biological) and the parental figure (mother/father); to explore the relationship between each one of these dimensions with (a) the child's specific adoption variables and (b) the parents and child's socio-demographic variables (in both groups). Parenting styles were assessed with the Portuguese adaptation of the EMBU-P and patterns of attachment with the Inventário sobre a Vinculação na Infância e na Adolescência (IVIA) [Inventory of Attachment in Childhood and Adolescence; parent version]. A Questionnaire was also used to collect sociodemographic data related to the parents and child, and specific information on the child's adoption. Parental figures of school-aged children (6-12 years) participated in the study. They were distributed into two groups – Adoption (G1, $N = 40$) and Biological (G2, $N = 40$) –, each with the same number of mothers and fathers ($n_{\text{mother}} = 20$, $n_{\text{father}} = 20$). The results showed that there were significant differences in parenting styles on the basis of the group (Control Attempt) and on being a mother or a father (Emotional Support). A similar trend was also observed for the patterns of attachment (based on the group – Insecure Anxious-Ambivalent; interaction group x parental figure – Insecure Avoidant). In G1, the technical support received by the child was related to parenting styles (Rejection) and patterns of attachment (Insecure Anxious-Ambivalent). The child's age at adoption was also associated with Secure Attachment. Several associations between the dimensions under study and parents' socio-demographic variables (length of marriage/cohabitation, number of children and schooling – G1 and G2), and the child's socio-demographic variables (gender and age – G1) were obtained.

Key Words: Parenting Styles; Patterns of Attachment; Adoptive Parents; Biological Parents

Índice

Introdução	1
1. Enquadramento Teórico	3
1.1 Parentalidade	3
1.1.1 Estilos Educativos Parentais	4
1.1.1.1 Definição e Conceptualização	4
1.1.1.2 Factores Influentes	7
1.1.2 Padrões de Vinculação	11
1.1.2.1 Definição e Conceptualização	11
1.1.2.2 Factores Influentes	13
1.2 Parentalidade Adoptiva	15
1.2.1 Estilos Educativos Parentais na Adopção: Características Principais e Diferenças entre Famílias Adoptivas e Biológicas	16
1.2.2 Padrões de Vinculação na Adopção	19
1.2.2.1 Características Principais e Diferenças entre Adopção e Não-Adopção.	19
1.2.2.2 Factores Influentes	21
2. Objectivos e Hipóteses do Estudo	25
3. Método	27
3.1 Participantes	27
3.1.1 Caracterização Sociodemográfica Relativa à Adopção dos Participantes do Grupo “Adopção”	27
3.1.1.1 Mães e Pais	27

3.1.1.2 Crianças-Alvo	29
3.1.2 Caracterização Sociodemográfica dos Participantes do Grupo “Biológico” ...	30
3.1.2.1 Mães e Pais	30
3.1.2.2 Crianças-Alvo	32
3.2 Instrumentos.....	33
3.2.1 EMBU-P	33
3.2.2 Inventário sobre a Vinculação na Infância e na Adolescência (IVIA)	34
3.2.3 Questionário Sociodemográfico	34
3.3 Procedimentos.....	35
3.4 Procedimentos Estatísticos	36
4. Resultados.....	37
4.1 Estilos Educativos Parentais e Padrões de Vinculação da Criança em Função do Grupo (Adopção/Biológico) e da Figura Parental (Mãe/Pai).....	37
4.1.1 Estilos Educativos Parentais em Função do Grupo e da Figura Parental ..	37
4.1.2 Padrões de Vinculação em Função do Grupo e da Figura Parental	40
4.2 Correlação dos Estilos Educativos Parentais e dos Padrões de Vinculação da Criança com Variáveis Específicas da Adopção.....	44
4.2.1 Correlação dos Estilos Educativos Parentais com Variáveis Específicas da Adopção.....	44
4.2.2 Correlação dos Padrões de Vinculação com Variáveis Específicas da Adopção	45

4.3 Correlação dos Estilos Educativos Parentais e dos Padrões de Vinculação da Criança com Variáveis Sociodemográficas dos Pais e da Criança (Grupos e Biológico).....	46
4.3.1 Estilos Educativos Parentais	46
4.3.1.1 Correlação com Variáveis Sociodemográficas dos Pais	46
4.3.1.2 Correlação com Variáveis Sociodemográficas da Criança.....	47
4.3.2 Padrões de Vinculação.....	48
4.3.2.1 Correlação com Variáveis Sociodemográficas dos Pais	48
4.3.2.2 Correlação com Variáveis Sociodemográficas da Criança.....	49
5. Discussão.....	50
5.1 Características dos Estilos Educativos Parentais e dos Padrões de Vinculação da Criança em Função do Grupo e da Figura Parental.....	50
5.1.1 Estilos Educativos Parentais em Função do Grupo e da Figura Parental ...	50
5.1.2 Padrões de Vinculação em Função do Grupo e da Figura Parental.....	52
5.2 Relação dos Estilos Educativos Parentais e dos Padrões de Vinculação da Criança com Variáveis Específicas da Adopção.....	53
5.3 Relação dos Estilos Educativos Parentais e dos Padrões de Vinculação da Criança com Variáveis Sociodemográficas dos Pais e da Criança.....	55
5.3.1 Estilos Educativos Parentais	56
5.3.2 Padrões de Vinculação.....	58
6. Conclusão.....	61
Referências	64

Índice de Quadros

Quadro 1. Caracterização Sociodemográfica do Grupo Adopção – G1 (Total, Mães e Pais).....	28
Quadro 2. Caracterização Sociodemográfica das Crianças-Alvo e das Variáveis da Adopção – G1	29
Quadro 3. Caracterização Sociodemográfica do Grupo Biológico – G2 (Total, Mães e Pais)	31
Quadro 4. Características Sociodemográficas das Crianças-Alvo – G2	32
Quadro 5. Suporte Emocional em Função do Grupo (Adopção/Biológico) e da Figura Parental (Mãe/Pai)	37
Quadro 6. Tentativa de Controlo em Função do Grupo (Adopção/Biológico) e da Figura Parental (Mãe/Pai)	38
Quadro 7. Rejeição em Função do Grupo (Adopção/Biológico) e da Figura Parental (Mãe/Pai)	39
Quadro 8. Vinculação Segura em Função do Grupo (Adopção/Biológico) e da Figura Parental (Mãe/Pai)	41
Quadro 9. Vinculação Ansiosa-Ambivalente em Função do Grupo (Adopção/Biológico) e da Figura Parental (Mãe/Pai)	42
Quadro 10. Vinculação Evitante em Função do Grupo (Adopção/Biológico) e da Figura Parental (Mãe/Pai)	43

Quadro 11. Correlação dos Estilos Educativos Parentais (Suporte Emocional, Tentativa de Controlo e Rejeição) com Variáveis Específicas da Adopção Referentes à Criança..	45
Quadro 12. Correlação dos Padrões de Vinculação (Segura, Ansiosa-Ambivalente e Evitante) com Variáveis Específicas da Adopção Referentes à Criança	45
Quadro 13. Correlação dos Estilos Educativos Parentais (Suporte Emocional, Tentativa de Controlo e Rejeição) com Variáveis Sociodemográficas dos Pais (G1 e G2)	46
Quadro 14. Correlação dos Estilos Educativos Parentais (Suporte Emocional, Tentativa de Controlo e Rejeição) com Variáveis Sociodemográficas da Criança (G1 e G2).....	47
Quadro 15. Correlação dos Padrões de Vinculação (Segura, Ansiosa-Ambivalente e Evitante) com Variáveis Sociodemográficas dos Pais (G1 e G2)	48
Quadro 16. Correlação dos Padrões de Vinculação (Segura, Ansiosa-Ambivalente e Evitante) com Variáveis Sociodemográficas da Criança (G1 e G2)	49

Índice de Figuras

Figura 1. Médias (e Desvios-Padrão) do Suporte Emocional em Função do Grupo (Adopção/Biológico) e da Figura Parental (Mãe/Pai).....	38
Figura 2. Médias (e Desvios-Padrão) da Tentativa de Controlo em Função do Grupo (Adopção/Biológico) e da Figura Parental (Mãe/Pai).....	39
Figura 3. Médias (e Desvios-Padrão) da Rejeição em Função do Grupo (Adopção/Biológico) e da Figura Parental (Mãe/Pai).....	40

Figura 4. Médias (e Desvios-Padrão) do Padrão de Vinculação Segura em Função do Grupo (Adopção/Biológico) e da Figura Parental (Mãe/Pai).....	41
Figura 5. Médias (e Desvios-Padrão) do Padrão de Vinculação Ansiosa-Ambivalente em Função do Grupo (Adopção/Biológico) e da Figura Parental (Mãe/Pai).....	42
Figura 6. Médias (e Desvios-Padrão) do Padrão de Vinculação Evitante em Função do Grupo (Adopção/Biológico) e da Figura Parental (Mãe/Pai).....	43
Figura 7. Efeito de Interação entre as variáveis Grupo (Adopção/Biológico) e Figura Parental (Mãe/Pai) no Padrão de Vinculação Evitante.....	44

Introdução

A parentalidade é possivelmente a tarefa mais desafiante da vida adulta, constituindo os pais uma das influências mais fulcrais na vida dos seus filhos (Cruz, 2005). Acresce que a adopção constitui um tema actual e de grande relevância social, suscitando um interesse público crescente e conduzindo a numerosa produção científica (Salvaterra & Veríssimo, 2008). O conjunto dos aspectos mencionados e a constatação da necessidade de se desenvolver mais investigação em Portugal dirigida para a adopção constituíram os principais motivos subjacentes à decisão de implementar este estudo e justificam a sua pertinência.

O presente trabalho, dirigido para a parentalidade adoptiva e biológica, incide no estudo dos estilos educativos parentais e dos padrões de vinculação em pais e mães de crianças em idade escolar. Apesar de, em geral, existir uma literatura vasta nas duas dimensões referidas, são poucos os estudos que as abordam na população adoptiva, havendo mesmo uma importante lacuna no que se prende especificamente com o estudo dos estilos educativos parentais nesta população.

O acolhimento institucional da criança pode fornecer soluções para alguns problemas, designadamente protegê-la de situações de maltrato e negligência, embora não permita “apagar” de forma eficaz as vivências e experiências negativas tidas no meio de origem. Contudo, tal pode tornar-se possível no seio de uma família adoptiva, com o estabelecimento de relações de qualidade que favoreçam a construção de uma base segura na vinculação estabelecida, proporcionando à criança um contexto de recuperação emocional (Palacios, Román, Moreno, & León, 2009).

Não obstante existir muita investigação sobre a vinculação na primeira infância, o seu número é consideravelmente menor quando se considera a idade escolar, reconhecendo-se a necessidade de se avaliar o desenvolvimento da vinculação nesta fase do ciclo de vida (e.g., Simões, 2011). Para além disto, embora o estudo da vinculação em “amostras biológicas” seja vasto, e de ter vindo a ser realizada pesquisa sobre o desenvolvimento da vinculação na população adoptiva, a verdade é que este é um domínio que continua a carecer de aprofundamento. (Gabler et al., 2014). Note-se que, como as crianças são retiradas de um contexto familiar e integradas noutra, portanto, separadas dos pais biológicos, através de procedimentos legais, e criadas com famílias com as quais não têm qualquer relação biológica, a adopção proporciona uma oportunidade única para o estudo dos cuidados parentais, bem como da qualidade da relação afectiva estabelecida (Salvaterra, 2007). Para a autora, continua a existir pouca pesquisa em domínios específicos, importantes para as famílias adoptivas e para os serviços de adopção, permitindo o estudo das relações de vinculação nas famílias adoptivas a análise de domínios como a possibilidade de desenvolvimento de uma vinculação segura com os pais adoptivos, ainda que tenha havido a experiência de privação grave ou de várias

colocações familiares, os factores que tornam mais ou menos provável o sucesso da vinculação entre a criança e os seus pais adoptivos e as diferenças e semelhanças entre os laços pai/mãe-criança nas populações adoptiva e biológica (Salvaterra, 2007).

Apesar da popularidade da adoção, sabe-se pouco sobre as interacções familiares em famílias adotivas (Rueter, Keyes, Iacono, & McGue, 2009). Neste âmbito, e tal como já foi referido, é escassa a literatura que analisa os estilos parentais em famílias adoptivas, carecendo-se de investigação que permita entender semelhanças e diferenças face às famílias biológicas.

Numa outra linha, este estudo tem a mais-valia de focar a perspectiva dos adoptantes, apontada por alguns autores como necessária e importante (Levy-Shiff, Goldshmidt, & Har-Even, 1991), e integra mães e pais, sendo em número insuficiente os estudos que abrangem ambos os progenitores (Cardoso & Veríssimo, 2013). Espera-se que a presente investigação dê um contributo para um conhecimento mais detalhado sobre semelhanças e diferenças entre eles.

Por último, refira-se que, no contexto da realidade portuguesa, é ainda escassa a investigação que incide na adopção, o que acentua a pertinência deste estudo, esperando-se que permita conhecer também algumas das suas idiossincrasias.

No que diz respeito à organização do presente trabalho, inicialmente apresentar-se-á o enquadramento teórico do estudo, assente numa revisão de literatura em que se começa por explorar brevemente o conceito de parentalidade e se incide, posteriormente, nas dimensões em estudo (Estilos Educativos Parentais e Padrões de Vinculação) e na sua compreensão no contexto da adopção. Na secção seguinte expõem-se os objetivos e as hipóteses delineadas para o estudo, apresentando-se depois o método, com a caracterização dos participantes, bem como uma referência aos instrumentos, ao procedimento e aos procedimentos estatísticos utilizados. Em seguida são apresentados os resultados e a sua discussão e, por fim, a conclusão, onde são referidas também as limitações do estudo e algumas sugestões para futuras investigações.

1. Enquadramento Teórico

1.1 Parentalidade

A parentalidade pode ser entendida como o conjunto de acções encetadas pelos indivíduos que assumem um papel e funções parentais, no sentido de dar resposta às necessidades físicas, afectivas e psicológicas dos filhos, com vista à promoção do seu desenvolvimento pleno e harmonioso, e utilizando para tal os recursos de que dispõem dentro da família e fora dela, na comunidade (Cruz, 2005; Simões, 2011). Desta forma, a relação entre pais e filhos assume um papel fulcral para as relações familiares, constituindo as figuras parentais os principais agentes de socialização da criança.

É na família que a criança cresce e se desenvolve, adquirindo valores, competências e modelos de ação culturalmente apropriados, pelo que alguns autores consideram a família como um “nicho de desenvolvimento” (Townsend, 2002). As figuras parentais, ao proporcionarem diversos tipos de cuidados e ao estabelecerem com a criança uma relação em que predomine responsividade, afeto e disponibilidade emocional – características da denominada parentalidade construtiva (Kerr, Capaldi, Pears, & Owen, 2009) ou positiva (Russell, 1997) – permitem que a criança viva experiências fundamentais, designadamente relacionais, com consequências a longo prazo, que promovem o desenvolvimento mental e do self (Bornstein, 2002).

Nesta linha, a teoria da vinculação perspectiva a parentalidade a partir da edificação de um processo recíproco de interacção entre a criança e a figura parental, valorizando a importância da complementaridade entre o sistema de prestação de cuidados e o sistema de vinculação (Ainsworth, Blehar, Waters, & Wall, 1978). É esta complementaridade que assegura o estabelecimento de um vínculo seguro que, ao longo da vida, se traduzirá na confiança da criança para se explorar a si própria, ao outro e ao mundo (Ainsworth et al., 1978). Assim, pré-requisitos ao nível da competência parental em termos de apoio emocional e afecto, consistência, promoção de autonomia (Marty et al., 2005), sensibilidade e responsividade têm um papel essencial no desenvolvimento de uma vinculação segura na criança (Monteiro et al., 2008). De Wolff e van Ijzendoorn (1997) defendem que cuidadores responsivos, sensíveis, sincronizados com as necessidades das crianças e aceitantes dos seus atributos, portanto, potenciadores de uma parentalidade positiva, irão fomentar interacções harmoniosas numa base relativamente consistente que promove a segurança da vinculação.

Dado que a família desempenha um papel basilar no comportamento e desenvolvimento da criança (Baumrind, 1989), as relações precoces foram identificadas como fundamentais (e.g.,

Baumrind, 1978; Bornstein, 2002; Maccoby, 2000) e a qualidade dos cuidados parentais tem sido frequentemente apontada como a variável mais influente no desenvolvimento infantil (Sroufe, 2002). Assim, cabe aos pais superar o grandioso desafio de conseguir um equilíbrio entre as necessidades de desenvolvimento e de disciplina da criança, no sentido de a integrar adequadamente no sistema familiar e social, cooperando na manutenção de uma atmosfera pautada por afectividade, responsividade e apoio (Bornstein & Bornstein, 2007).

1.1.1 Estilos Educativos Parentais

1.1.1.1 Definição e Conceptualização

A parentalidade pode ser encarada como um processo maturativo que conduz à reestruturação psico-afectiva de dois adultos com vista ao cumprimento das suas funções parentais (Cruz, 2005). Um dos métodos que permite abordar empiricamente a parentalidade é o estudo dos estilos educativos parentais (Simões, Farate, & Pocinho, 2011).

Os estilos parentais e as práticas educativas constituem dois componentes-chave do comportamento parental (Cowan, Powell, & Cowan, 1998). Darling e Steinberg (1993) definem o estilo parental como um conjunto de atitudes que são direccionadas e comunicadas à criança, resultando na criação de um clima emocional onde os comportamentos parentais são expressos, correspondendo as práticas educativas a comportamentos específicos, dirigidos para objectivos, através dos quais os progenitores exercem os seus deveres parentais. Os estilos parentais podem ser inferidos a partir das práticas educativas (Pereira, 2009), já que as exercidas com maior frequência estão mais relacionadas com o estilo parental específico que é adoptado (Darling & Steinberg, 1993; Lila, 2009).

Os estilos parentais poderão ser caracterizados de acordo com duas dimensões centrais, nomeadamente a Exigência/Controlo e a Responsividade/Aceitação/Afecto (Baumrind, 1991; Darling & Steinberg, 1993; Maccoby & Martin, 1983). A Exigência remete para requisitos de maturidade, supervisão, disciplina e prontidão para confrontar a criança que desobedece (e.g., Baumrind, Larzelere, & Owens, 2010). A dimensão Controlo é conceptualizada empiricamente através dos construtos controlo comportamental e controlo psicológico (e.g., Kuppens, Grietens, Onghena, & Michiels, 2009); o primeiro tem como objectivo gerir o comportamento da criança através da disciplina, monitorização e supervisão (e.g., responsabilidades em casa, modo de se comportar, etc.), enquanto o segundo visa o controlo dos processos psicológicos da criança (e.g., sentimentos, expressão verbal, identidade, etc.) (Simões et al., 2011), referindo-se a comportamentos intrusivos e coercivos de manipulação da emoção (Barber, 1996). Já a

dimensão Responsividade/Aceitação/Afecto remete para o reconhecimento e promoção intencional da individualidade, auto-afirmação e auto-regulação da criança, através do afecto, apoio emocional, complacência e sintonia com as suas necessidades e exigências (e.g., Baumrind, Larzelere, & Owens, 2010), havendo recurso a reforço contingente, sensibilidade e adaptação aos sinais, estados e necessidades da criança (Maccoby & Martin, 1983).

Baumrind (1971, 1978) desenvolveu uma abordagem tipológica e identificou três estilos parentais, designadamente, o autoritário, o autoritativo e o permissivo, descrevendo-se em seguida cada um deles.

Os pais autoritários são rígidos e recorrem a abordagens directas e impositivas, empregando medidas punitivas e violentas para controlar o comportamento dos filhos. Caracterizam-se por elevados níveis de exigência, valorizando a obediência através do respeito à autoridade (Baumrind, 1971, 1978). Este estilo parental compreende habitualmente uma comunicação unidireccional de pais para filhos, sendo a negociação de regras e a partilha de opiniões inexistente. Neste sentido, as figuras parentais são inflexíveis, hiper-críticas e hostis, enaltecem de forma excessiva as regras e as normas, e dão pouca autonomia às crianças, sendo frequente a existência de expectativas irrealistas no que toca ao grau de maturidade dos filhos (Baumrind, 1971, 1978). Os progenitores demonstram pouco afecto e apresentam uma fraca ou ausente responsividade face às necessidades emocionais da criança (ver também Cecconello, Antoni, & Koller, 2003; Grusec, 2002; Sprinthall & Collins, 2003).

De acordo com Baumrind (1971, 1978), os progenitores com um estilo autoritativo exercem uma autoridade forte, mas simultaneamente racional e flexível. Monitorizam a conduta dos filhos, corrigindo as suas atitudes negativas e gratificando as positivas, e recorrem a recompensas e punições de forma adequada, i.e., em conformidade com o comportamento da criança (Baumrind, 1971, 1978). A comunicação entre pais e filhos é bidireccional, baseada no respeito mútuo, sendo muitas das regras negociadas, e explicadas, ainda que o processo seja adaptado em função da idade e desenvolvimento da criança. Deste modo, a autonomia, individualidade, tomada de decisões, responsabilidade e possibilidade de escolha são incentivadas na criança, tendo em consideração os seus sentimentos, necessidades e desejos (Baumrind, 1971, 1978). Os pais autoritativos são tendencialmente controladores, têm expectativas elevadas em relação ao comportamento dos filhos, em termos de responsabilidade e maturidade, embora sejam simultaneamente afectuosos, e exijam disciplina (ver também Cecconello et al., 2003; Grusec, 2002; Grusec & Goodnow, 1994; Oliveira, 2002; Sprinthall & Collins, 2003).

Segundo Baumrind (1971, 1978), os progenitores permissivos tendem a exercer pouco controlo sobre os filhos e exigem deles baixos níveis de responsabilidade e maturidade, caracterizando-se por promoverem um ambiente aceitante e não-punitivo, embora não sejam capazes de estabelecer limites e normas claras e coerentes. São pais comunicativos e afectuosos, mas também excessivamente tolerantes face aos impulsos e necessidades da criança Baumrind (1971, 1978). Não se percebem como modelos ou agentes activos na socialização e na educação dos filhos, mas apenas como recursos possíveis, razão pela qual permitem à criança monitorizar em demasia o seu próprio comportamento (ver também Cecconello et al., 2003; Grusec, 2002; Grusec & Goodnow, 1994; Lila, 2009; Oliveira, 2002).

Posteriormente, Maccoby e Martin (1983) acrescentaram um quarto estilo parental à tipologia proposta por Baumrind, o estilo negligente, segundo o qual os pais apresentam níveis de exigência baixos (por exemplo, no domínio comportamental e na responsabilização) e não promovem a autonomização da criança. São progenitores pouco envolvidos nas tarefas de socialização, centrados em si mesmos, ausentes e indiferentes, pouco afectuosos e incapazes de se auto-organizar para responder às necessidades físicas, emocionais e afectivas da criança (ver também Cecconello et al., 2003; Lila, 2009; Oliveira, 2002).

Cada estilo parental reflecte diferentes práticas parentais e equilíbrios distintos entre a responsividade e a exigência, sendo o estilo autoritário caracterizado, em síntese, por níveis baixos de Responsividade/Aceitação/Afecto e elevados de Controlo/Exigência enquanto o estilo permissivo apresenta níveis elevados de Responsividade/Aceitação/Afecto e baixos de Controlo/Exigência (Baumrind, 1971, 1978; Maccoby & Martin, 1983). Já o estilo autoritativo caracteriza-se por níveis elevados nas duas dimensões, contrastando com o estilo negligente com níveis baixos em ambas (Maccoby & Martin, 1983) (ver também Martínez & García, 2008; Rodríguez, Donovanick, & Crowley, 2009).

Outros autores, numa perspectiva dimensional, propõem dimensões específicas para os estilos educativos. É o caso de Rollin e Thomas (citados por Arrindel & Van der Ende, 1984) que identificaram as dimensões Suporte Emocional, Rejeição e Tentativa de Controlo, as quais estão subjacentes ao instrumento usado no presente estudo para avaliar os estilos parentais (EMBU-P), fazendo-se em seguida uma caracterização de cada uma delas. O Suporte Emocional refere-se aos comportamentos dos progenitores que fazem com que a criança se sinta confortável na presença deles e lhe transmitem aceitação e aprovação (Arrindel & Van der Ende, 1984). Por sua vez, a dimensão Rejeição abarca os comportamentos parentais que visam a modificação, impositiva, da vontade dos filhos, transmitindo-lhes rejeição de si próprios enquanto indivíduos (Arrindel & Van der Ende, 1984). Por último, a Tentativa de

Controlo abrange comportamentos parentais que tem por objectivo manipular a criança para que esta se comporte de acordo com os desejos dos progenitores (Arrindel & Van der Ende, 1984), acabando por condicionar o seu processo de autonomização e independência.

Existe correspondência entre estas três dimensões e as duas dimensões dos estilos educativos descritas anteriormente, correspondendo a Tentativa de Controlo à dimensão Exigência/Controlo, e o Suporte Emocional e a Rejeição à dimensão Responsividade/Aceitação/Afecto (Canavarro & Pereira, 2007b). Isto acontece considerando que existem dois tipos de comportamentos subjacentes à dimensão Responsividade/Aceitação/Afecto, nomeadamente os de aceitação (i.e., físicos ou verbais e transmitidos através do afecto) e os de rejeição (i.e., transmitidos por agressividade física ou verbal, indiferença e negligência) (Rohner, 2004).

Num estudo de Canavarro e Pereira (2007a), dirigido para o EMPU-P, instrumento usado no presente estudo para avaliar os estilos parentais, concluiu-se que os pais portugueses de crianças em idade escolar apresentam níveis elevados de comportamentos de suporte emocional, níveis moderados a elevados de controlo e níveis baixos a moderados de rejeição (Canavarro & Pereira, 2007a).

1.1.1.2 Factores Influentes

Os estilos parentais são influenciados por vários factores, designadamente sociodemográficos, tendo a variável sexo merecido destaque já que os estilos e práticas educativas parecem ser influenciados tanto pelo sexo dos progenitores quanto pelo das crianças (e.g., Leaper, 2002). Vários estudos apontam no sentido de haver diferenças entre estilos parentais de mães e pais. Por exemplo, Castro et al. (1997), com recurso ao EMBU-P, concluem que as mães, em comparação com os pais, percebem níveis mais elevados em todas as dimensões do comportamento parental (i.e., Suporte Emocional, Tentativa de Controlo e Rejeição), em comparação com os pais. Tal pode ter subjacente o desenvolvimento de relações mais próximas e até intensas com os filhos, tanto na expressão de afecto positivo e negativo quanto de suporte e de controlo, e é sugestivo de uma eventual maior sensibilidade e envolvimento na parentalidade por parte das mães (Canavarro & Pereira, 2007a). Também Pereira, Canavarro, Cardoso, e Mendonça (2009) identificaram, numa amostra portuguesa, níveis de suporte emocional e de tentativa de controlo maternos superiores aos paternos. Na mesma linha, Shek (2000) demonstra que os adolescentes chineses percebem os pais como relativamente menos responsivos e exigentes do que as mães.

Alguns estudos revelam que as práticas parentais das mães, comparativamente com as dos pais, são mais consistentes com o estilo autoritativo, direcionando-se para o cuidado e segurança dos filhos, e pautando-se por maior suporte emocional e tentativa de controlo (Gomes, 2010), facultando, portanto, mais afeto e promovendo mais a autonomia (Del Barrio & Carrasco, 2005, cit. por López-Soler, Puerto, López-Pina, & Prieto, 2009). Contudo, outros autores mostram que as mães recorrem mais frequentemente à recompensa do que os pais, considerando-as mais permissivas (Russell et al., 1998). Os homens tendem a demonstrar práticas educativas mais consistentes com o estilo autoritário, associado a uma maior aplicação de normas e castigos, e a uma maior intrusividade (Mestre et al., 2005, cit. por López-Soler et al., 2009).

Na mesma linha, ainda que revelando alguma inconsistência face ao referido anteriormente relativamente ao estilo permissivo, Russell et al. (1998) verificaram que as mães tendiam a recorrer a um estilo autoritativo enquanto os pais tendiam a adoptar os estilos autoritário e permissivo. Por sua vez, Baumrind (1989), ao estudar crianças em idade escolar, salienta um padrão, designado tradicional, caracterizado por uma diferenciação no papel estrutural entre mães e pais, segundo o qual as mães eram altamente responsivas, mas relativamente pouco exigentes e, por isso, predominantemente permissivas, enquanto os pais eram altamente exigentes, mas frequentemente coercivos e não-responsivos e, portanto, maioritariamente autoritários.

No que diz respeito à relação entre o sexo da criança e os estilos educativos parentais, alguns autores salientam que os progenitores tendem a comunicar melhor e a ser mais apoiantes em relação às filhas (Lloyd & Devine, 2006; Pereira, 2009), considerando os pais e as mães que lhes dão mais afecto positivo (Michiels et al., 2010), e que são mais responsivos com elas (Grigorenko & Sternberg, 2000), o que é consistente com o resultado encontrado por Russell et al. (1998), indicativo de que o estilo autoritativo teria maior probabilidade de ser usado com raparigas. De referir ainda que Canavarro e Pereira (2007b) verificam a ocorrência de níveis mais elevados de rejeição quando a criança é do sexo masculino. Contudo, os resultados neste âmbito são algo inconsistentes já que Nunes, Franco, e Vieira (2013), ao analisarem as práticas parentais na perspectiva dos cuidadores, não obtiveram diferenças significativas em função do sexo da criança, o mesmo acontecendo, por exemplo, com Finkenauer, Engels, e Baumeister (2005) e Roelofs et al. (2006), os quais não encontraram discrepâncias nos níveis de controlo psicológico ou comportamental e de rejeição por parte dos cuidadores em função desta mesma variável.

Ainda no âmbito do sexo, mas tendo em consideração quer o do progenitor quer o da criança, alguns autores verificam que as mães tendem a adotar um estilo mais permissivo e os pais um estilo mais autoritário na relação com os filhos rapazes (Conrade & Ho, citado por Roskam & Meunier, 2009). No entanto, a literatura é controversa a este respeito já que outros autores referem que tanto as mães como os pais recorrem a estilos mais autoritários com os filhos, em comparação com as filhas (Dornbusch, Ritter, Liederman, Roberts, & Fraleigh, 1987), ainda que ambas as figuras parentais possam exercer mais controlo em relação aos filhos e apresentar, pelo contrário, uma menor restritividade e menos comportamentos punitivos em relação às filhas (Bronstein, 1984). Estes dados corroboram a ideia da semelhança entre pai e mãe no que respeita aos estilos educativos e estratégias disciplinares utilizadas com os filhos em função do sexo destes (Florsheim & Smith, 2005).

Passando agora à idade da criança e posição na fratria, segundo Canavarro e Pereira (2007a) as mães referem maior suporte emocional e menor controlo no caso dos filhos mais novos ainda que, no geral, mães e pais pareçam ser mais sensíveis e próximos relativamente ao primeiro filho, tendo também expectativas mais elevadas face a ele, em comparação com os restantes filhos (Bögels & Brechman-Toussaint, 2006). Contudo, os resultados neste domínio são inconsistentes já que outros autores observam, por exemplo, maior controlo por parte da figura parental quando a criança é mais nova (Grigorenko & Sternberg, 2000), sobretudo por parte das mães (Canavarro & Pereira, 2007a). Acresce que estas referem exercer maior controlo e ser mais apoiantes no caso dos filhos únicos, sendo, pelo contrário, menos apoiantes e “controladoras” com os filhos do meio (Simões, 2011). Para além disso, Roskam e Meunier (2009) verificam que, dentro de uma mesma fratria, às crianças mais velhas (comparativamente com as mais novas) é atribuído um maior número de tarefas promotoras de autonomia e são alvo de menos práticas punitivas, embora sejam, simultaneamente, alvo de estilos considerados menos positivos, designadamente com recurso a muitas recompensas materiais.

No que diz respeito à idade da figura parental, alguns autores mencionam que as mães adolescentes e as adultas parecem ser igualmente restritivas e punitivas na interação com os seus filhos, tendendo as primeiras a não demonstrarem, portanto, mais dificuldade no desempenho das tarefas parentais (Soares et al., 2001).

No que se refere à influência da escolaridade nos estilos educativos parentais, observa-se uma maior frequência do estilo autoritativo em figuras parentais com um grau de escolaridade mais elevado (e.g., Barrett-Singer & Weinstein, 2000). Fuertes, Faria, Oliveira-Costa, Corval, e Figueiredo (2009) concluem ainda que as mães com mais anos de escolaridade dedicam mais tempo a cuidar e a brincar com os filhos, e são tendencialmente mais sensíveis e perspicazes na

interpretação dos sinais emitidos por eles, bem como mais rápidas e eficientes nas respostas prestadas às suas solicitações. Por seu turno, as mães com menos anos de escolaridade exercem mais controlo, interferindo com maior frequência nas ações da criança (Silva, Del Prette, & Del Prette, 2002). Contudo, segundo Morris (1982) o grau de escolaridade não influencia os estilos ou as práticas educativas parentais, o que aponta para inconsistência de resultados também neste domínio.

Os estilos educativos parentais variam igualmente com o nível socioeconómico da família, salientando Ceballos e Rodrigo (1998) que os pais com um nível socioeconómico mais elevado são mais autoritativos e permissivos, recorrendo predominantemente a estratégias disciplinares indutivas, e promovem mais actividades lúdicas e culturais. Já os pais de nível socioeconómico mais baixo têm estilos educativos mais autoritários, com maior recurso a controlo e a estratégias baseadas na afirmação de poder (e.g., restrição e castigo), e demonstrando menos afecto (Ceballos & Rodrigo, 1998). No mesmo sentido, embora focando apenas o nível socioeconómico das mães, Carmo e Alvarenga (2012) verificam que as de nível socioeconómico mais baixo assumem com maior frequência comportamentos de punição física e práticas coercivas. Na mesma linha, alguns autores associam um nível sociocultural mais elevado a um estilo educativo mais democrático e um nível sociocultural mais baixo a um estilo mais autoritário (Alonso & Román, 2005).

Bem e Wagner (2006) verificam ainda que níveis de instrução e socioeconómico mais elevados se relacionam com uma tendência a privilegiar valores de auto-controlo, responsabilidade e curiosidade, enquanto níveis mais baixos (de ambos) se associam com uma preocupação com a adequação social.

O número de filhos é também uma variável relevante na forma como os pais exercem a sua parentalidade. Com efeito, tem sido sugerido que o maior número de filhos aumenta o recurso a práticas punitivas, designadamente punição física, e diminui a utilização de comportamentos de apoio (Bögels & Brechman-Toussaint, 2006), sendo as figuras parentais menos responsivas e exigindo maior autonomia das crianças (Gomes, 2010). Na mesma linha, outros autores afirmam que um maior número de filhos se associa a uma menor frequência de estilos positivos, predominando fraca monitorização, poucas regras e disciplina inconsistente (Roskam & Meunier, 2009).

Por fim refira-se que os recursos psicológicos dos pais são identificados na literatura como variáveis que influenciam a qualidade dos cuidados prestados à criança (Ammaniti et al., 2005). A este propósito, Lim, Wood e Miller (2008) concluem que a saúde mental dos pais, designadamente a presença de psicopatologia e de dificuldades emocionais e comportamentais,

está comumente associada a menor sensibilidade, responsividade e envolvimento parentais, bem como a estilos educativos mais negativos, caracterizados pelo uso de técnicas de controlo hostis e menos contingentes.

1.1.2 Padrões de Vinculação

1.1.2.1 Definição e Conceptualização

Na visão de Bowlby (1971, 1975, 1980), a vinculação define-se como um sistema comportamental que serve funções filogenéticas, existindo uma disposição inata para o estabelecimento de um laço afectivo com o cuidador, com vista à protecção e sobrevivência do indivíduo. A teoria da vinculação desenvolvida por Bowlby (1971) preconiza que a criança estabelece vínculos significativos com as figuras prestadoras de cuidados, variando e a qualidade destes vínculos em função da qualidade dos cuidados e, em especial, das características da relação com a figura de vinculação. No entanto, a forma como esse laço é construído e expresso sofre a influência de múltiplos factores, podendo ser traduzido em padrões específicos de vinculação.

Cada um dos padrões de vinculação reflecte uma estratégia diferencial que visa a resolução de problemas adaptativos, característicos de diferentes ambientes de parentalidade (Ainsworth et al., 1978; Belsky, 1999). Aos três estilos de vinculação definidos por Ainsworth et al. (1978), designadamente o seguro, o inseguro ansioso/ambivalente e o inseguro evitante, Main e Solomon (1990) acrescentaram mais tarde o estilo desorganizado/desorientado. A todos estes estilos, correspondem padrões comportamentais específicos que se estruturam em quatro formas adaptativas de organizar o sistema de vinculação (Weinfield, Sroufe, Egeland, & Carlson, 1999), com vista à optimização da resposta da figura de vinculação quando há uma situação de perigo e à promoção da sua proximidade (ainda que de formas distintas consoante os padrões de vinculação).

Apresenta-se em seguida uma descrição breve de cada um dos quatro tipos de padrões de vinculação. O padrão de vinculação seguro caracteriza-se pela procura activa de proximidade e interacção com a figura de vinculação, e pela busca de contacto físico (Ainsworth et al., 1978), apresentando os comportamentos de evitamento e resistência baixas frequência e intensidade. Na ausência da figura de vinculação, é natural que a exploração do ambiente por parte da criança possa diminuir, surgindo eventualmente comportamentos como choro ou, no caso de crianças mais velhas, evocação da figura de vinculação. Na presença desta última, observam-se comportamentos de base segura e partilha de afecto, encontrando-se este padrão associado a

figuras de vinculação aceitantes, afectuosas, sensíveis e responsivas na interacção com a criança, e no cuidado e resposta às suas necessidades (Ainsworth et al., 1978).

O padrão de vinculação inseguro-ansioso/ambivalente reflecte uma ambivalência de comportamentos, alternando a criança entre a procura de contacto e a resistência activa perante a figura de vinculação (Ainsworth et al., 1978). A responsividade às suas necessidades é pouco adequada e há inconsistência na actuação (Cassidy & Berlin, 1994), e o comportamento de exploração do meio por parte da criança é geralmente pobre, demonstrando também grande passividade.

O padrão de vinculação inseguro-evitante caracteriza-se pela presença de comportamentos de evitamento em relação à figura de vinculação, manifestando a criança uma aparente despreocupação face à ausência desta figura e mantendo um comportamento de exploração do ambiente, manifesto pela continuidade da sua acção sobre os objectos que a rodeiam (Ainsworth et al., 1978). As crianças com este padrão de vinculação têm uma tendência baixa para mostrar comportamentos de vinculação (e.g., choro), bem como para procurarem contacto físico, proximidade ou interacção, mesmo após um período de separação da figura de vinculação (Ainsworth et al., 1978), sendo esta última geralmente descrita como rejeitante e relutante ao contacto físico, pouco afectuosa, intrusiva e com elevado controlo.

Por seu turno, Main e Solomon (1990) identificam, como se referiu, um padrão de vinculação desorganizado/desorientado. Constatam que algumas crianças não são classificáveis em nenhum dos três padrões anteriormente descritos já que o seu comportamento em situações de stress moderado se baseia num conjunto de acções não-organizadas, deixando transparecer ausência de estratégia e expressando uma aparente falta de orientação para lidar com o ambiente. Os autores verificaram que o traço comum entre elas seria precisamente a inexistência de uma organização coerente do seu sistema comportamental de vinculação, razão pela qual optaram pela designação atribuída ao padrão de vinculação destas crianças (Main & Solomon, 1990).

De acordo com Ainsworth et al. (1978) e Belsky (1999), os padrões de vinculação descritos têm uma qualidade biológica semelhante já que todos permitem uma adaptação eficaz ao contexto em que a criança se desenvolve. Apesar disso, apresentam também características distintas, sendo a qualidade da vinculação o resultado de múltiplas interacções entre variáveis não só do microssistema - como as características da criança (e.g., temperamento e desenvolvimento cognitivo), da figura materna (e.g., representação da vinculação do adulto e psicopatologia) e da qualidade dos cuidados (e.g., disponibilidade emocional e sensibilidade) -, mas também de factores do meio, de influência mais indirecta, como sejam o apoio social

recebido pela figura de vinculação, a qualidade da relação de casal e o nível socioeconómico (Belsky, 2005).

Embora a vinculação deva ser entendida num quadro compreensivo sistémico, resultando de múltiplos fatores e interações, alguns autores alertam para que o antecedente mais fortemente associado à qualidade da vinculação segura é a sensibilidade materna ou responsividade sensível (Ainsworth et al., 1978; ver também (De Wolf & van IJzendoorn, 1997)), sendo esta definida como a capacidade do adulto para perceber e interpretar correctamente os sinais exteriorizados pela criança, bem como as comunicações implícitas no seu comportamento, partindo desse entendimento para responder-lhe de forma pronta, contingente e adequada às suas necessidades desenvolvimentais (Ainsworth et al., 1978).

1.1.2.2 Factores Influentes

Vários estudos conduzidos em diversos países, incluindo em Portugal, corroboram e validam os três padrões de vinculação definidos por Ainsworth. Nestes estudos, a maioria das crianças e adolescentes são classificadas num padrão seguro (e.g., Matos & Costa, 2006; Soares, 1996), seguindo-se o inseguro-evitante, e apenas uma minoria é enquadrada no estilo inseguro-ambivalente (e.g., van IJzendoorn & Sagi-Schwartz, 2008), embora se verifique um aumento do padrão inseguro em amostras de risco (Weinfield, Sroufe, & Egeland, 2000).

No que se refere a variações na qualidade da vinculação em função do sexo dos progenitores, alguns autores verificam que o padrão de vinculação seguro ocorre com maior frequência nas díades mãe-criança (e.g., Faria, Lopes dos Santos, & Fuertes, 2014), encontrando também níveis de sensibilidade materna superiores à paterna (Faria et al., 2014) não obstante a relação mãe-criança estar mais estudada do que a relação pai-criança (Raikes & Thompson, 2005). Contudo, também a este nível os resultados parecem inconsistentes já que Monteiro, Veríssimo, Vaughn, Santos, e Fernandes (2008) demonstram que o sexo parental não tem influência na qualidade da vinculação.

Na literatura identificam-se amiúde diferenças em função do sexo da criança na qualidade da vinculação de bebés e crianças mais novas (e.g., Ammantini et al., 2005; Mayseless, 2005; Soares, 1996), bem como de crianças em idade escolar (e.g., Granot & Mayseless, 2001; Michiels, Grietens, Onghena, & Kuppens, 2010), embora muitos dos estudos realizados durante a primeira infância e no período pré-escolar sustentem a irrelevância desta variável (ver Bakermans-Kranenburg e van IJzendoorn, 2009). Todavia, o papel do sexo da criança parece ter mais saliência a partir da idade escolar, na linha de uma progressiva diferenciação da

qualidade da vinculação em função do sexo. Isto é, existe uma maior prevalência de vinculação segura no sexo feminino (Michiels et al., 2010) e de vinculação evitante no masculino (Granot & Mayseless, 2001), à medida que a criança fica mais velha, ainda que Carvalho (2007) não encontre diferenças com base no sexo na qualidade da vinculação em adolescentes.

No que se refere à influência da idade da criança na qualidade da vinculação, alguns autores identificam uma tendência para que, quando esta é insegura, passe a segura entre a infância e o início da adolescência (e.g., Ammantini, Speranza, & Fedele, 2005). Carvalho (2007), por sua vez, encontra maior frequência de comportamentos característicos da vinculação segura e insegura ansiosa-ambivalente em crianças, comparativamente com adolescentes.

Também tem sido estudada a influência da idade dos pais no desenvolvimento da vinculação com a criança, com destaque para o impacto da maternidade na adolescência. Assim, são mais frequentes os padrões de vinculação insegura entre filhos de mães adolescentes do que entre filhos de mães adultas (Borkowski et al., 2002). Todavia, os resultados são contraditórios, uma vez que há autores que não associam a precocidade da maternidade com níveis superiores de “insegurança” na vinculação (e.g., Jongenelen, Soares, Grossmann, Martins, 2006).

Relativamente à influência do nível de escolaridade dos pais na qualidade da vinculação, Morris (1982) refere que esta influência não existe. No entanto, outros autores demonstram o contrário, tendo, por exemplo, Pederson e Moran (1996) verificado que o nível de escolaridade mais elevado das figuras parentais se associa com um padrão de vinculação seguro. Na mesma linha, Scher e Mayseless (2000) verificam que as habilitações literárias da mãe são um preditor significativo da qualidade de vinculação da criança.

A vinculação da criança relaciona-se ainda com o nível socioeconómico das figuras parentais. Estudos realizados com amostras de risco e de nível socioeconómico baixo obtêm resultados que sugerem uma sensibilidade materna mais pobre (De Wolff & van IJzendoorn, 1997) e maior frequência de vinculação insegura (Weinfield et al., 2000), comparativamente com amostras de baixo risco e de nível socioeconómico mais elevado.

Nesta sequência, refira-se que diversos factores inerentes a contextos com desvantagem social estão igualmente implicados tanto na qualidade dos cuidados parentais quanto nas características da vinculação da criança, já que os pais que vivem nestas circunstâncias podem sentir mais stress parental e, por isso, estabelecer relações de vinculação de tipo inseguro (Scher & Mayseless, 2000). Todavia, outros autores verificam que, quando se controla a existência de factores de risco como pobreza e monoparentalidade, não se encontram diferenças significativas na segurança da vinculação entre amostras de elevado e baixo risco

(Egeland & Sroufe, 1981), indicando que a existência de condições sociais adversas *per si* não determina, obrigatoriamente, a qualidade da vinculação.

O número de filhos parece relacionar-se igualmente com a qualidade da vinculação, indicando-se que o nascimento de um irmão pode contribuir para mudança no padrão de vinculação, na maioria dos casos no sentido da segurança (ver Ammantini et al., 2005). Já o tipo de família, segundo Simões, Farate, Soares, & Duarte, (2013) não é um preditor dos comportamentos de vinculação das crianças em idade escolar, sugerindo que, por si só, esta variável não determina a qualidade da vinculação.

Por último, os recursos psicológicos dos pais são variáveis que influenciam a qualidade da vinculação (Ammaniti et al., 2005), estando a quantidade e qualidade destes recursos associadas ao aumento da própria qualidade da vinculação. Lopes dos Santos e Fuertes (2005) concluem que problemas graves de saúde mental e alguns tipos de incapacidade podem fazer aumentar a prevalência da vinculação insegura.

1.2 Parentalidade Adoptiva

Nascer numa situação em que dois adultos, ou pelo menos um, se encontram emocionalmente envolvidos com a criança, de uma forma apaixonada, constitui um direito que lhe é devido (Diniz, 2003). Segundo o autor, a adopção pretende dar à criança esta oportunidade, de crescer numa família que deseje prestar-lhe todos os cuidados e na qual a genuinidade do laço de amor deve transpor os limites impostos pela carência do vínculo sanguíneo.

Na verdade, ser adoptado implica ter sido aceite numa família, na qual se vive, mas simultaneamente rejeitado por uma outra família, na qual se nasceu (Salvaterra & Veríssimo, 2008). Como se referiu antes, para que haja o desenvolvimento de relações de vinculação próximas e seguras é essencial uma parentalidade competente, que transmita confiança, e uma atmosfera geral de bem-estar, orientada para as necessidades da criança (Juffer, Bakermans-Kranenburg, & van Ijzendoorn, 2005). Para que a adopção seja perspectivada como um fator de protecção, os pais devem sentir-se competentes e realizados quer no desempenho do papel parental, quer a nível relacional (Diniz, 1997). Um ambiente familiar de qualidade e uma parentalidade positiva são de extrema importância em todos os tipos de família, contudo, no caso especial das famílias adoptivas tal é ainda mais fulcral, dado que um incumprimento destas condições pode conduzir a novo comprometimento do desenvolvimento da criança, vindo a dificultar, ou até mesmo a impedir, a recuperação do seu equilíbrio.

A nova família deve contribuir para a constituição de vínculos afectivos seguros, estáveis e duradouros, rompendo assim um ciclo de abandono, rejeição e incapacidade (Salvaterra & Veríssimo, 2008), e proporcionando um desenvolvimento adequado das capacidades e potencialidades da criança (Ferreira, Pires, & Salvaterra, 2004). Uma vez que a maior parte das crianças em situação de adopção é proveniente de sistemas familiares desestruturados, onde predominam modelos de funcionamento em que há o recurso a práticas desajustadas, o exercício da autoridade parental ganha especial relevo, devendo estar associado a regras bem definidas e assentes em valores claros e veiculados por uma comunicação funcional (Alarcão, 2006), mas sempre alicerçada numa base firme de afecto que permita o desenvolvimento do sentimento de segurança que estas crianças tanto procuram.

Os pais adoptivos, em comparação com os pais biológicos, têm também um conjunto de características que os ajuda a ultrapassar as dificuldades mais facilmente, nomeadamente o facto de geralmente serem mais velhos, terem carreiras profissionais mais estáveis, maior segurança financeira e estarem habitualmente casados há mais tempo, aspectos que podem indiciar maior estabilidade, comunicação e sensibilidade conjugal (Brodzinsky, 1987). Desde que bem preparadas e apoiadas, em geral as famílias adoptivas estão aptas para serem tão funcionais quanto as biológicas, ainda que a sua “adaptabilidade/funcionalidade” dependa de inúmeras variáveis, entre elas os estilos parentais e o afecto que os pais transmitem aos filhos (Hamilton, Cheng, & Powel, 2007). Não obstante ser escassa a investigação sobre a influência do tipo de família (adoptiva *versus* biológica) no comportamento parental e na qualidade da vinculação da criança (Simões et al., 2011), alguns estudos mostram que as famílias adoptivas, desde a transição para a parentalidade, não se distinguem das famílias biológicas ou, quando se distinguem, é num sentido favorável no que se refere à qualidade e satisfação familiares, qualidade dos vínculos afetivos e à parentalidade positiva (Muñoz, Rebollo, Fernandez-Molina, & Morán, 2007).

1.2.1 Estilos Educativos Parentais na Adopção: Características Principais e Diferenças entre Famílias Adoptivas e Biológicas

A tendência actual da investigação focaliza a parentalidade e os processos relacionais na família (Brodzinsky & Pinderhughes, 2002; Salvaterra, 2007). Apesar disso, sabe-se pouco sobre as interacções familiares nas famílias adoptivas, quando comparadas com as biológicas (Rueter, Keyes, Iacono, & McGue, 2009), bem como relativamente aos estilos educativos parentais, cuja literatura é escassa. Contudo, os estudos desenvolvidos neste âmbito parecem consonantes quanto à prevalência de um estilo parental autoritativo neste tipo de famílias (e.g.,

Muñoz et al., 2007; Tan, Camras, Deng, Zhang, & Lu, 2012). De forma mais específica, o estudo de Muñoz et al. (2007), realizado com crianças adotadas de idades compreendidas entre os 6 e os 11 anos, mostra que há um maior recurso a estratégias do tipo autoritativo no exercício da parentalidade. Uma outra investigação, com uma amostra de crianças Chinesas do sexo feminino de idade pré-escolar, adoptadas internacionalmente, demonstra igualmente uma maior frequência do estilo autoritativo, em detrimento dos estilos autoritário e permissivo (Tanet al., 2012). De referir ainda que, de acordo com alguns autores, as famílias adoptivas mantêm um grau de controlo adequado sobre o comportamento dos filhos (Bernedo, Palácios, Sanchez, & Sanchez, citado por Muñoz et al., 2007).

No que diz respeito à comparação entre famílias adoptivas e biológicas, Hartman e Laird (1990) sugerem a existência de uma tendência para o autoritarismo em pais e mães de crianças adoptadas, em comparação com pais e mães biológicos, embora, segundo Hughes (1999), os pais e mães adoptantes tendam a assumir uma postura mais permissiva no início, tendo por base a crença de que essa atitude favorecerá a formação de laços de afecto. Por sua vez, Solomon e Poirier (2006) encontram uma tendência para a presença de um estilo parental do tipo autoritativo em ambos os tipos de família (adoptiva e biológica), havendo nos pais de ambos os grupos um recurso mais frequente a práticas autoritárias, em comparação com as mães, as quais, por sua vez, também evidenciaram semelhanças, mas no maior recurso a permissividade.

Ao avaliarem os padrões de comunicação de famílias adoptivas e biológicas, Rueter e Koerner (2008) não encontram diferenças em função do tipo de família. Em particular, os níveis de afecto, comunicação apoiante e controlo parental encontrados são semelhantes em ambos os tipos de família, incluindo no caso de famílias mistas (Rueter et al., 2009). No entanto, estes autores destacam a presença de níveis superiores de conflito nas famílias com adolescentes adoptados, tendendo também o comportamento a ser menos caloroso neste caso do que o observado em famílias biológicas.

Solomon e Poirier (2006) verificam que os pais adotivos pareceram ser tão afectuosos e aceitantes com os seus filhos quanto os pais biológicos, e eventualmente ainda mais atentos tal como parece decorrer do estudo de Marquis e Detweiler (1985), em que os pais adoptivos são descritos como mais carinhosos, previsíveis, solícitos e dispostos a ajudar. Também Muñoz et al. (2007) concluem que as famílias adoptivas se percebem como mais afectivas e tolerantes, bem como menos críticas, comparativamente à percepção que têm de si próprias as famílias biológicas.

Na mesma linha, mas na perspectiva dos adolescentes, Marquis e Detweiler (citados por Munoz et al., 2007) salientam que os adolescentes adoptados (face aos não adoptados) consideram os seus pais mais afectuosos e protectores, e proporcionam mais ajuda e consolo, referindo Rosnati, Iafrate, e Scabini (2007) que os adolescentes adoptados reportam níveis superiores de comunicação positiva na família. Contudo, parece existir alguma inconsistência a este nível já que Rueter et al. (2009) verificam que, apesar de os pais cuidarem dos pares de filhos adoptivos e biológicos da mesma forma, os adolescentes adoptados consideram que os pais são menos afectuosos e apoiantes na interacção consigo do que na interacção com os filhos biológicos (seus irmãos).

Numa outra linha, Hoopes (1982) verifica que, seis meses após a chegada da criança à família, os pais adoptivos fomentam a dependência e "endeusamento" destes filhos, fornecendo-lhes mais afecto, enquanto os biológicos promovem mais a independência e a aceleração do desenvolvimento, e recorrem mais à supressão do afecto e a comportamentos punitivos, o que permite concluir pela existência, neste estudo, de uma parentalidade mais positiva nas famílias adoptivas em comparação com as biológicas.

Lansford, Ceballo, Abbey, e Stewart (2001) mostram que as mães adoptivas, comparativamente com as biológicas, reportam níveis superiores de desacordo parental entre si e os filhos adolescentes, verificando também outros autores que as mães adoptivas referem níveis superiores de problemas de comunicação na relação com os seus filhos adolescentes adoptados internacionalmente, apesar de tanto as mães como os pais adoptivos terem reportado uma maior frequência de comportamentos de apoio nas interacções pai/mãe-filho/a, em comparação com os pais biológicos (Lanz, Iafrate, Rosnati, & Scabini, 1999).

Marcovitch, Cesaroni, Roberts, e Swanson (1995), num estudo com crianças adoptadas internacionalmente, verificam ainda que as condições de saúde menos boas que caracterizam muitas destas crianças, nomeadamente como consequência de subnutrição ou desidratação, entre outros problemas, podem afectar e condicionar as reacções que estas crianças elicitam nas figuras parentais, bem como a interpretação que fazem dos seus sinais, podendo vir a comprometer a sensibilidade e a responsividade parentais (Juffer, Hoksbergen, Riksen-Walraven, & Kohnstamm, 1997).

Por fim refira-se que, na literatura a que se acedeu, não foram encontradas referências específicas aos factores influentes nos estilos educativos parentais no âmbito da adopção.

1.2.2 Padrões de Vinculação na Adopção

1.2.2.1 Características Principais e Diferenças entre Adopção e Não-Adopção

A vinculação aos novos pais constitui a primeira tarefa que a criança adotada enfrenta (Salvaterra, 2007), pelo que é fundamental a construção de uma base firme de afeto que permita o desenvolvimento da vinculação da criança e de um sentimento de segurança. Diniz (1997) refere mesmo que não podem existir bons pais se estes não forem também pais adotivos, ou seja, mais importante do que a ligação biológica, é haver uma relação psicológica e afetiva adequada por parte das figuras parentais.

As crianças adoptadas desenvolveram frequentemente padrões inseguros de vinculação com os pais biológicos, podendo tornar-se, por isso, mais sensíveis a comportamentos que percebem como sendo de rejeição e dar respostas típicas de evitamento ou agressão (Weinfield, Ogawa, & Sroufe, 1997). Embora se constate que as ‘impressões digitais’ do passado preservam uma continuidade significativa (Juffer & van IJzendoorn, 2009), salienta-se que as crianças adoptadas, uma vez integradas num contexto familiar estável, permanente, e com características de disponibilidade, sensibilidade e responsividade, revelam uma resiliência desenvolvimental extraordinária, atingindo uma recuperação e progressão notórias em todas as áreas (quando comparados com os seus pares que se mantiveram institucionalizados), sendo capazes de organizar positivamente as suas relações e representações de vinculação (Salvaterra, 2007).

Relativamente à comparação dos padrões de vinculação de crianças adoptadas e acolhidas em instituição, Veríssimo e Salvaterra (2006) não encontram diferenças ao nível da segurança da vinculação entre crianças adoptadas até aos 6 anos de idade e um grupo de crianças em situação de acolhimento institucional. Por sua vez, Juffer e van IJzendoorn (2009), num estudo com crianças adoptadas com mais de um ano de idade, e Román (2010), num outro estudo com crianças adoptadas internacionalmente, com idades entre os 4 e os 8 anos (e uma média de permanência nas famílias adotivas de três anos), observam que a segurança da vinculação é significativamente superior nas crianças adoptadas, quando comparadas com as acolhidas em instituição, corroborando a sua capacidade no estabelecimento de relações de vinculação seguras com os novos pais. Contudo, os resultados neste âmbito não são consistentes já que outros autores demonstram que as crianças adoptadas, comparativamente com as que permanecem institucionalizadas, têm vinculações mais difusas (Tizard & Hodges, 1978), e é menos frequente entre elas o estilo de vinculação seguro (Marcovitch et al., 1997; Varria et al., 2006).

Passando agora à análise dos padrões de vinculação em famílias adotivas *versus* biológicas, salientam-se resultados pouco díspares. Embora Loehlin, Horn, e Ernest (2010) e O'Connor, Dun, Jenkins e Rasbash (2006) tenham mostrado que os pais e mães adotivos, comparativamente com os biológicos, percebem os filhos como emocionalmente menos próximos, Ferreira et al. (2004) concluem que as mães adotivas desenvolvem, tal como as biológicas, uma relação parental adequada, identificando-se com os seus filhos adotados e estabelecendo com eles fortes laços afectivos, caracterizados por um sentimento de pertença e partilha. Na verdade, são vários os autores que não encontram diferenças na vinculação quando comparam amostras adotivas e biológicas (Román, 2010; Singer, Brodzinsky, Ramsay, Steir, & Waters, 1985; van den Dries et al, Juffer, Juffer, & Bakermans-Kranenburg, 2009; Veríssimo et al., 2005). De referir ainda que alguns autores demonstram que pais e mães adotivos, comparativamente com os biológicos, empregam mais recursos pessoais, económicos, culturais e sociais com os seus filhos (Gibson, 2009; Hamilton, Cheng, & Powell, 2007).

Salvaterra (2007) e Cohen e Farnia (2011) demonstram nos seus estudos que a maioria das crianças adoptadas apresenta níveis de segurança elevados. Por sua vez, van Londen, Juffer, e van IJzendoorn (2007), num estudo com crianças adoptadas internacionalmente (antes do primeiro ano), verificam que 36% são classificadas como “desorganizadas” aos 13 meses de idade, tendo também outros autores encontrado um valor muito semelhante (34 %) de vinculação desorganizada em crianças adoptadas até aos 20 meses de idade (Dozier, Stovall, Albus, & Bates, 2001). Na mesma linha, uma meta-análise de 10 estudos realizada por van den Dries, Juffer, van IJzendoorn, e Bakermans- Kranenburg (2009) refere que as crianças adoptadas tendem a ser mais “desorganizadas” na vinculação estabelecida do que as biológicas. Assim, ainda que a proporção da vinculação do tipo desorganizado em crianças que permanecem em instituição seja duas vezes superior à das crianças que foram integradas em famílias adoptivas (Juffer & van IJzendoorn, 2009), as crianças adoptadas parecem estar em risco de “desorganização” da vinculação, em especial quando adoptadas após os primeiros meses de vida, tendo experimentado nos meios prévios à adopção uma subestimulação duradoura e vivido em contextos relacionais não adequadamente responsivos.

Em relação tanto à vinculação criança-mãe quanto à variação da sensibilidade materna, Juffer e Rosenboom (1997) concluem que não há diferenças em ambas quando se comparam amostras adoptivas e não-adoptivas. Também Singer et al. (1985) concluíram que não existem diferenças significativas entre mães adoptivas e biológicas quanto à qualidade da vinculação, sendo isto especialmente verdade para as adopções intra-raciais. No entanto, no contexto da

adoção internacional os resultados são diferentes, encontrando-se diferenças significativas nos “níveis de insegurança” quando se compara uma amostra adoptiva (58%) e uma não adoptiva (26%) (Singer et al., 1985). De referir ainda que, num estudo de meta-análise, não se obtiveram diferenças significativas entre adopção nacional e internacional, bem como entre adopções inter e intra-raciais (van den Dries et al., 2009).

1.2.2.2 Factores Influentes

No que diz respeito aos factores influentes nos padrões de vinculação em famílias adoptivas, e começando pelo sexo da criança, Salvaterra (2007) verifica que as raparigas desenvolvem mais uma vinculação de tipo seguro, quer no caso das famílias adoptivas, quer biológicas. Por sua vez, Juffer e Roseboom (1997) mostram que os rapazes adoptados não se distinguem das raparigas na vinculação segura.

Relativamente à idade das crianças aquando da sua integração nas famílias adoptivas, alguns autores não encontram uma associação desta variável com a segurança da vinculação estabelecida (Dozier et al., 2001; Gabler et al., 2014; Juffer & Roseboom, 1997; Singer et al., 1985). van den Dries e colaboradores (van den Dries, Juffer, van IJzendoorn e Bakermans-Kranenburg, 2009) também não encontram uma associação entre a idade aquando da adopção e a vinculação de tipo desorganizado. Contudo, estes resultados são contraditórios com os de outros estudos em que a idade da criança aquando da adopção se relacionou com a vinculação de tipo seguro ou desorganizado (Marcovitch et al., 1997; Smyke et al., 2010; van den Dries et al., 2008). Por exemplo, no estudo de Smyke et al. (2010) quanto mais velha a criança maior a tendência para a vinculação ser de tipo desorganizado, e quanto mais nova maior a probabilidade de se desenvolver uma vinculação segura, bem como uma melhor adaptação à família adoptiva (Pryor, 2004). Os resultados vão na mesma linha do defendido por outros autores, os quais verificam que as crianças adoptadas com mais idade (e, portanto, expostas durante mais tempo aos efeitos negativos dos meios prévios) evidenciam menos frequentemente uma vinculação de tipo seguro, quando comparadas com crianças não-adoptadas, podendo estar, assim, em risco de construirem relações de vinculação “desfavoráveis” (Marcovitch et al., 1997). Mais especificamente, van den Dries et al. (2008) referem que as crianças adoptadas antes do primeiro ano de vida têm níveis de vinculação segura comparáveis com as crianças biológicas enquanto as adoptadas após esse período evidenciam níveis inferiores deste tipo de vinculação.

Ainda no âmbito da idade da criança aquando da adopção, e em contradição com os resultados antes apresentados, Singer et al. (1985) verificam que as crianças adoptadas

internacionalmente que desenvolveram vinculações seguras eram mais velhas no momento da adoção, comparativamente com grupos de crianças com vinculações inseguras adotadas internacionalmente e com crianças com vinculações seguras ou inseguras, mas adotadas a nível nacional. O estudo de Robertson e Robertson (1989) pode contribuir para a compreensão das inconsistências referidas ao salientar que a idade da criança aquando da adoção faz diminuir a intensidade da vinculação, mas não a sua qualidade, já que mesmo as crianças mais velhas são capazes de organizar o seu comportamento de vinculação de acordo com o novo cuidador, o que evidencia a sua capacidade de resiliência (van Londen, Juffer, & van IJzendoorn, 2007). Stovall-McClough e Dozier (2004) acrescentam ainda que as crianças que chegam à família com mais de um ano podem apresentar um processo de formação e consolidação da vinculação mais lento e Chisholm (1998), num estudo longitudinal, refere que as diferenças encontradas na qualidade da vinculação de crianças adotadas aos dois anos e meio tendiam a desaparecer quando a criança tinha quatro anos e meio, pelo que os níveis de segurança na vinculação de crianças adotadas com mais idade podem progredir e melhorar decorrido um período de tempo junto da família adotiva. Para além disto, a maioria dos estudos mostra que a maior parte das crianças adotadas, especialmente até aos 9 anos, parece conseguir estabelecer laços de vinculação com a nova família de forma bastante favorável, permitindo-lhe um desenvolvimento harmonioso. Contudo, quando a criança é adoptada depois dos 10 anos, o conceito de vinculação/re-vinculação torna-se discutível, na medida em que esta é a fase em que, regra geral, as crianças iniciam o processo de separação das figuras parentais, e não de aproximação, razão pela qual o expectável nestas circunstâncias é ‘apenas’ o estabelecimento de relações satisfatórias entre as crianças e os pais (Triseliotis, Shiremanin, & Hundleby, 1997).

Importa salientar que Salvaterra (2007), num estudo com crianças entre os 9 e os 69 meses, obteve uma associação negativa entre a idade da criança no momento da avaliação e escalas que avaliam o contacto físico e a proximidade.

No que diz respeito à associação entre a posição ordinal da criança na família adoptiva (‘ordem do nascimento’) e a qualidade da vinculação criança-mãe, por um lado, e a sensibilidade materna, por outro, Juffer e Roseboom (1997) concluem que esta posição não exerce qualquer influência nem na segurança da vinculação nem na variação da sensibilidade materna. O mesmo acontece com o sexo da criança, a sua idade à chegada à família e os seus problemas de saúde. Contudo, os autores encontram diferenças na sensibilidade materna das mães adoptivas com e sem filhos biológicos, na avaliação feita aos 12 meses de idade da

criança adoptada, verificando níveis mais elevados nas mães sem filhos biológicos (Juffer & Roseboom, 1997).

Ainda que Chisholm (1998) não tenha encontrado uma relação entre a idade da mãe e a qualidade da vinculação da criança, os resultados do estudo de Gabler et al. (2014) sugerem o contrário, já que a idade dos pais adotivos foi um preditor da segurança da vinculação, estando os filhos adotivos de pais mais jovens mais seguramente vinculados do que os de pais mais velhos. Isto é consistente com o referido por Ponciano (2010), segundo o qual, no caso das mães adoptivas, a não existência de experiências anteriores de adopção associa-se com níveis superiores de vinculação segura. Gabler et al. (2014) referem ainda uma associação negativa entre o número de crianças adoptadas e o compromisso dos pais adoptivos.

Passando agora à relação com o nível educacional, Juffer e Roseboom (1997) verificam que nem a segurança da vinculação da criança à mãe nem a sensibilidade materna estão relacionadas com o nível educacional, quer da mãe quer do pai adoptivo, tendo sido corroborado por Chisholm (1998) o resultado referente à vinculação. No que se refere à duração do casamento, Brodzinsky, Smith e Brodzinsky (1998) evidenciam que uma maior duração do mesmo, pautada por maior estabilidade e afectividade conjugal, transmitem segurança à criança, facilitando assim o seu processo de adaptação à nova família. Outros autores concluem que as características sociodemográficas dos pais, em geral, não estão associadas a variações na vinculação da criança (Rutter, Kreppner, & O’Conner, 2001).

Segundo Salvaterra (2007), a duração da permanência da criança na família não parece ter uma relação com a qualidade da vinculação estabelecida, pelo menos para crianças adoptadas até aos 5 anos de idade. Contudo, outros autores defendam o contrário, considerando que a quantidade de tempo que a criança despende com a sua nova família pode ser um factor moderador da qualidade da vinculação, na medida em que as crianças que vivem há mais tempo com as novas famílias puderam usufruir de cuidados estáveis e de pais responsivos durante um período maior, tendo tido também mais tempo para recuperar das experiências adversas prévias à adopção (van den Dries et al., 2009). Segundo Stovall-McClough e Dozier (2004) é igualmente possível que crianças adoptadas no início da vida desenvolvam relações de vinculação seguras com os seus novos cuidadores logo nos primeiros dois meses de adopção.

Pace e Zavattini (2010), comparando crianças adoptadas entre os 4 e os 7 anos de idade, decorridos entre 6 a 8 meses após a colocação nas famílias adoptivas, com crianças biológicas, verificam que 85% dos casos de “insegurança” na vinculação revertem para apenas 50%, tendo-se mantido os níveis de insegurança das crianças biológicas (33%) entre os dois momentos. Gabler et al. (2014) corrobora as conclusões anteriores ao indicar que os níveis de

vinculação segura das crianças adoptadas se mantêm inferiores aos de amostras de baixo risco, mesmo 6 meses após a sua integração na família.

Na sequência da revisão de literatura apresentada, capta-se que, apesar de existir investigação no âmbito das dimensões em estudo (estilos educativos parentais e padrões de vinculação), da literatura decorre que os resultados que lhe estão associados são inconsistentes, carecendo-se de estudos que aprofundem o conhecimento disponível, e mais ainda no que diz respeito aos estilos educativos parentais. De facto, não obstante a literatura contemplar a comparação entre mães e pais em termos dos estilos educativos parentais e dos padrões de vinculação, são poucos os estudos que focalizam esta comparação nas famílias adoptivas, e ainda mais escassos os que incidem na comparação entre grupos adoptivos e biológicos, sobretudo face aos estilos parentais. Acresce que a relação com variáveis sociodemográficas e da adopção tem sido analisada para os padrões de vinculação, mas parece ser claramente negligenciada face aos estilos parentais, não se tendo acedido a estudos que a abordem. No presente estudo explora-se ainda a relação das duas dimensões com a duração do casamento/união de facto e com o apoio técnico, as quais não têm sido valorizadas do ponto de vista empírico.

2. Objectivos e Hipóteses do Estudo

O presente trabalho assenta num estudo comparativo entre famílias com filhos adoptivos (Grupo “Adopção” – G1) e famílias com filhos biológicos (Grupo “Biológico” – G2) em termos das dimensões Estilos Educativos Parentais e Padrões de Vinculação, e considerando a perspectiva de ambos os progenitores. Apresentam-se em seguida os diferentes objectivos formulados para este estudo assim como as respectivas hipóteses.

Objectivo 1: Determinar se há variação nos Estilos Educativos Parentais (Suporte Emocional, Rejeição e Tentativa de Controlo) e na percepção parental dos Padrões de Vinculação da criança (Vinculações Segura, Ansiosa-Ambivalente e Evitante) em função (a) do Grupo - Adopção (G1)/Biológico (G2) e (b) da Figura Parental - Mãe/Pai.

Hipóteses:

- 1) Espera-se que os Estilos Educativos Parentais (Suporte Emocional e/ou Tentativa de Controlo e/ou Rejeição) variem em função (a) do Grupo e (b) da Figura Parental.
- 2) Espera-se que os Padrões de Vinculação (Segura e/ou Ansiosa-Ambivalente e/ou Evitante) variem em função (a) do Grupo e (b) da Figura Parental.

Objectivo 2: No G1 (Adopção) averiguar a relação dos Estilos Educativos Parentais e dos Padrões de Vinculação com variáveis específicas da adopção referentes à criança (Idade aquando da chegada à família, Tempo de Permanência na família e Apoio recebido), considerando a perspectiva de ambos os progenitores.

Hipóteses:

- 3) Espera-se encontrar uma relação dos Estilos Educativos Parentais (Suporte Emocional e/ou Tentativa de Controlo e/ou Rejeição) com, pelo menos, uma das variáveis específicas da adopção referentes à criança.
- 4) Estima-se encontrar uma relação dos Padrões de Vinculação (Segura e/ou Ansiosa-Ambivalente e/ou Evitante) com, pelo menos, uma das variáveis específicas da adopção referentes à criança.

Objectivo 3: Analisar a relação dos Estilos Educativos Parentais e dos Padrões de Vinculação com Variáveis Sociodemográficas quer dos Pais (Idade, Duração do Casamento/União de facto, Escolaridade e Número de filhos), quer da Criança (Idade e Sexo) - ambos os grupos.

Hipóteses:

5) Espera-se encontrar uma relação dos Estilos Educativos Parentais (Suporte Emocional e/ou Tentativa de Controlo e/ou Rejeição) com pelo menos uma das variáveis sociodemográficas (a) dos pais e (b) da criança (Grupo Adopção ou Grupo Biológico).

6) Estima-se encontrar uma relação dos Padrões de Vinculação (Segura e/ou Ansiosa-Ambivalente e/ou Evitante) com pelo menos uma das variáveis sociodemográficas (a) dos pais e (b) da criança (Grupo Adopção ou Grupo Biológico).

3. Método

3.1 Participantes

Neste ponto caracterizam-se os participantes do estudo, os quais estão distribuídos, como se referiu antes, por dois grupos – Adopção (G1) e Biológico (G2). Na constituição dos grupos controlou-se o sexo da figura parental e a idade da criança de modo a que o G2 não se distinguísse do G1 nestas variáveis, existindo igual número de mães e de pais em cada um deles e tendo as crianças uma idade média que ronda os 8 anos, como se explicitará adiante. De referir que os grupos de mães e de pais foram considerados independentes já que na maioria dos casos não se trata de mães e pais de uma mesma criança.

Em seguida procede-se a uma caracterização de ambos os grupos em função de variáveis sociodemográficas específicas, procedendo-se ainda, no caso do G1, a uma caracterização de variáveis da adopção.

3.1.1 Caracterização Sociodemográfica e Relativa à Adopção dos Participantes do Grupo “Adopção”

3.1.1.1 Mães e Pais

O grupo “Adopção” é constituído por 40 participantes, dos quais 20 são mães e 20 são pais. No Quadro 1 apresenta-se a caracterização sociodemográfica deste grupo, indicando-se os valores das frequências e percentagens, ou as médias, desvios-padrão e valores máximos e mínimos (variação), em função de se tratar, respectivamente, de variáveis categoriais ou contínuas, e discriminando-se os valores para a amostra total, e para as mães e pais.

A idade dos participantes situa-se entre os 36 e os 57 anos, com uma média de idades de 45.10 ($DP = 5.02$). De referir que estes residem maioritariamente no Centro Sul, (55%) e no Norte (20%).

Conforme se observa no Quadro 1, a maior parte dos adoptantes tem uma formação académica ao nível do ensino superior (62.5%) e um quarto completou 10 a 12 anos de escolaridade, sendo claramente superior o número de mães com um curso superior, face aos pais. No que se refere à situação profissional, todos os adoptantes estavam empregados no momento da recolha da amostra (97.5%), à excepção de uma mãe que se encontrava desempregada (2.5%).

Quadro 1

Caracterização Sociodemográfica do Grupo Adopção - G1(Total, Mães e Pais)

	Total	Mães	Pais
Idade			
Média (Desvio-Padrão)	45.10 (5.02)	44.50 (4.63)	45.70 (54.40)
Varição	36-57	36-54	39-57
Escolaridade			
0 a 4 anos	1 (2.5%)		1 (5%)
5 a 6 anos	2 (5%)		2 (10%)
7 a 9 anos	2 (5%)	1 (5%)	1 (5%)
10 a 12 anos	10 (25%)	2 (10%)	8 (40%)
Ensino Superior	25 (62.5%)	17 (85%)	8 (40%)
Grupo Profissional ¹			
Grupo 1	2 (5%)	1 (5%)	1 (5%)
Grupo 2	16 (40%)	11 (55%)	5 (25%)
Grupo 3	11 (27.5%)	7 (35%)	4 (20%)
Grupo 4	4 (10%)		4 (20%)
Grupo 5	3 (7.5%)		3 (15%)
Grupo 7	2 (5%)		2 (10%)
Grupo 8	1 (2.5%)		1 (5%)
Estado Civil			
Casada(o)/união de Facto	38 (95%)	18 (90%)	20 (100%)
Divorciado	2 (5%)	2 (10%)	
Duração do Casamento ou União de Facto			
Média (Desvio-Padrão)	16.03 (5.90)	16.44 (7.08)	15.61 (45.91)
Varição	3-35	3-35	3-23
Tipo de Família			
Nuclear	38 (95%)	18 (90%)	20 (100%)
Monoparental	2 (5%)	2 (10%)	
Número de Filhos			
1	28 (70%)	15 (75%)	13 (65%)
2	10 (25%)	5 (25%)	5 (25%)
4	1 (2.5%)		1 (5%)
5	1 (2.5%)		1 (5%)
Média (Desvio-Padrão)	1.43 (.84)	1.25 (.44)	1.60 (1.10)
Varição	1-5	1-2	1-5

Nota. ¹ Categorias de acordo com a Classificação Portuguesa de Profissões (INE, 2011): Grupo 1 – Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, directores e gestores executivos; Grupo 2 – Especialistas das actividades intelectuais e científicas; Grupo 3 – Técnicos e profissões de nível intermediário; Grupo 4 – Pessoal administrativo; Grupo 5 – Trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores; Grupo 7 – Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices; Grupo 8 – Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem)

De acordo com a Classificação Portuguesa das Profissões (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2011), a maioria tinha uma profissão que se enquadrava nos Grupo 2 (Especialistas das actividades intelectuais e científicas - 40%) ou 3 (Técnicos e profissões de nível intermédio -

27.5%), o que corresponde também aos grupos profissionais majoritários das mães; no caso dos pais o Grupo 4 (Pessoal Administrativo) congrega igualmente uma percentagem importante. É ainda de notar que nenhum adoptante tinha uma profissão pertencente ao Grupo 0 (Profissões das Forças Armadas), 6 (Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, pesca e floresta) ou 9 (Trabalhadores não qualificados).

Os agregados familiares incluem, na maior parte dos casos, famílias nucleares (95%), sendo os restantes 5% constituídos por famílias monoparentais (o que se aplica apenas ao caso das mães). A maioria dos indivíduos é casada ou vive em situação de união de facto (95%), sendo a duração da união, em média, de 16.03 anos ($DP = 5.90$); a variação é entre 3 e 35 anos de vida em comum no caso das mães e entre 3 e 23 anos no caso dos pais.

Relativamente ao número de filhos, a variação é entre 1 e 5 (no grupo total e face aos pais; para as mães ela é entre 1 e 2), tendo a grande maioria dos participantes 1 ou 2 filhos (70% e 25%, respectivamente); o número médio de filhos do grupo total é 1.43 ($DP = .84$).

3.1.1.2 Crianças-Alvo

Do Quadro 2 constam as características sociodemográficas das crianças adoptadas, nomeadamente as frequências e percentagens bem como as médias, desvios-padrão e os valores mínimos e máximos (variação), consoante estão em causa variáveis categoriais ou contínuas, respectivamente.

Quadro 2

Caracterização Sociodemográfica das Crianças-Alvo e das Variáveis da Adopção - G1

Sexo		
Masculino		19 (47.5%)
Feminino		21 (52.5%)
Idade		
Média (Desvio-Padrão)		8.55(1.95)
Variação		6-12
Idade da (Pré)Adopção		
Média (Desvio-Padrão)		3.10 (2.32)
Variação		0 ¹ -8
Tempo de Permanência na Família		
Média (Desvio-Padrão)		5.45 (1.88)
Variação		2-10
Apoio Técnico		
Sim		25 (65.8%)
Não		13 (34.2%)

Nota. ¹Corresponde a 6 meses

A maioria das crianças é do sexo feminino (52.5%), sendo os restantes 47.5% do sexo masculino. À data do preenchimento dos questionários, a idade das crianças situava-se entre os 6 e os 12 ($M = 8.55$; $DP = 1.95$).

A idade aquando da pré-adopção (i.e., aquando da integração da criança na família adoptante) foi, em média, de 3.10 anos ($DP = 2.32$). Relativamente ao tempo de permanência da criança na família, ele variou entre 2 e 10 anos, com uma média de 5.45 anos ($DP = 1.88$), vivendo a grande maioria das crianças (62.5%) com a família há 5 (32.5%), 6 (15%) ou 7 (15%) anos. Em termos do apoio técnico recebido, a maior parte das crianças usufruiu de algum tipo de apoio (65.8%).

3.1.2 Caracterização Sociodemográfica dos Participantes do Grupo “Biológico”

3.1.2.1 Mães e Pais

O grupo Biológico (G2) integra 40 participantes, existindo, tal como no grupo Adopção, igual número de mães e de pais (20 em cada caso). Como se referiu, esta variável (sexo da figura parental) foi controlada, pelo que existe homogeneidade entre os grupos [$\chi^2(1) = .00$, $p = 1.00$].

A caracterização sociodemográfica dos participantes é apresentada no Quadro 3, onde figuram as frequências e percentagens (variáveis categoriais) bem como as médias, desvios-padrão e valores mínimos e máximos (variáveis contínuas), discriminando-se a informação para o total e para as mães e pais, tal como se fez para o G1.

Os participantes têm idades compreendidas entre os 33 e os 56 anos ($M = 41.55$; $DP = 4.96$), sendo os pais um pouco mais velhos do que as mães. Os grupos 1 e 2 distinguem-se nesta variável [$t(78) = 3.18$, $p = .002$], salientando-se que as figuras parentais do G2 são mais novas, em média, do que as do G1. Os participantes residem maioritariamente no Centro Sul (75%).

Sobressai que a maior parte dos participantes do G2 tem habilitações literárias ao nível do ensino superior (92.5%), tendência verificada para os pais e para as mães, o que não acontecia no G1. Na comparação com este grupo, não se verifica a hipótese da homogeneidade relativamente à escolaridade [$\chi^2(4) = 11.09$, $p = .026$], incluindo o G1 um número superior de indivíduos com uma escolaridade mais baixa. No que se refere à situação profissional, e tal como acontece com o G1, todos os adoptantes estavam empregados no momento da recolha da amostra (97.5%), à excepção de um (pai) que se encontrava já reformado (2.5%). De acordo com a Classificação Portuguesa das Profissões (INE, 2011), a grande maioria exercia uma profissão que se enquadrava nos Grupos 2 (Especialistas das actividades intelectuais e

científicas - 55%) ou 3 (Técnicos e profissões de nível intermédio – 32.5%), havendo uma distribuição semelhante para mães e pais. Note-se que nenhum participante tinha uma profissão dos Grupos 0 (Profissões das Forças Armadas), 1 (Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, directores e gestores executivos), 5 (Trabalhadores nos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores), 6 (Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas), 7 (Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices) ou 8 (Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem).

Quadro 3

Caracterização Sociodemográfica do Grupo Biológico - G2 (Total, Mães e Pais)

	Total	Mães	Pais
Idade			
Média (Desvio-Padrão)	41.55 (4.96)	39.30 (3.37)	43.80 (53.27)
Varição	33-56	33-45	34-56
Escolaridade			
10 a 12 anos	3 (7.5%)	1 (5%)	2 (10%)
Ensino Superior	37 (92.7%)	19 (95%)	18 (90%)
Grupo Profissional ¹			
Grupo 2	22 (55%)	13 (65%)	9 (45%)
Grupo 3	13 (32.5%)	5 (25%)	8 (40%)
Grupo 4	4 (10%)	2 (10%)	2 (10%)
Estado Civil			
Casada(o)/ União de facto	34 (85%)	16 (80%)	18 (90%)
Divorciado	4 (10%)	2 (10%)	2 (10%)
Solteiro	2 (5%)	2 (10%)	
Duração do Casamento ou União de Facto			
Média (Desvio-Padrão)	12.39 (4.14)	11.50 (33.47)	13.24 (4.71)
Varição	2-22	6-18	2-22
Tipo de Família			
Nuclear	33 (82.5%)	15 (75%)	18 (90%)
Monoparental	4 (10%)	4 (20%)	
Monoparental Alargada	1 (2.5%)		1 (5%)
Reconstruída	2 (5%)	1 (5%)	1 (5%)
Número de Filhos			
1	12 (30%)	5 (25%)	7 (35%)
2	23 (57.5%)	13 (65%)	10 (50%)
3	2 (5%)	1 (5%)	1 (5%)
4	3 (7.5%)	1 (5%)	2 (10%)
Média (Desvio-Padrão)	1.90 (.81)	1.90 (.72)	1.90 (.91)
Varição	1-4	1-4	1-4

Nota. ¹ Categorias de acordo com a Classificação Portuguesa de Profissões (INE, 2011): Grupo 2 – Especialistas das actividades intelectuais e científicas; Grupo 3 – Técnicos e profissões de nível intermediário; Grupo 4 – Pessoal administrativo)

Tal como acontece no grupo Adopção, a grande maioria dos agregados familiares é composta por famílias nucleares (82.5%), sendo os grupos homogéneos nesta variável [$\chi^2(3) =$

4.02, $p = .259$]. Grande parte dos indivíduos é casada ou vive em união de facto (85%), variando o tempo de vida em comum entre os 2 e os 22 anos ($M = 12.39$; $DP = 4.14$). Os grupos são homogéneos no estado civil [$\chi^2(3) = 2.91$, $p = .406$], mas distinguem-se na duração da união [$t(67) = 2.94$, $p = .005$], sendo esta união significativamente mais longa no caso do G1.

No que respeita ao número de filhos, os progenitores do G2 têm entre 1 e 4 filhos ($M = 1.90$; $DP = .81$), mas a maioria tem um (30%) ou dois filhos (57.5%), quer no caso dos pais, quer no caso das mães. Os grupos 1 e 2 distinguem-se nesta variável [$t(78) = -2.57$, $p = .012$], obtendo o G2 uma média mais elevada.

De referir que as diferenças entre o G1 e o G2 na idade, duração do casamento/união de facto e número de filhos podem decorrer da condição “adopção” do G1, já que, segundo Brodzinsky (1987), em geral os pais adotivos são mais velhos e estão casados há mais tempo, tendo a maioria enfrentado uma situação de infertilidade (Epstein & Rosenberg, 1997, citado por Brodzinsky, Smith, & Brodzinsky, 1998), o que poderia justificar o menor número de filhos deste grupo.

3.1.2.2 Crianças-Alvo

No Quadro 4 apresenta-se a caracterização sociodemográfica das crianças-alvo do G2 (Biológico), estando indicadas as frequências e percentagens para as variáveis categoriais e as médias, desvios-padrão e valores mínimos e máximos (variação) para as variáveis contínuas.

Quadro 4

Características Sociodemográficas das Crianças –Alvo – G2

Sexo	
Masculino	23 (57.5%)
Feminino	17 (42.5%)
Idade	
Média (Desvio-Padrão)	8.55(1.81)
Variação	6-12
Apoio Técnico	
Sim	13 (38.2%)
Não	21 (61.8%)

À data do preenchimento dos questionários, as crianças-alvo biológicas (42.5% do sexo feminino e 57.5% do sexo masculino) tinham idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos, com uma média de idades de 8.55 anos ($DP = 1.81$). Note-se que, como se referiu antes, a idade da criança foi controlada, não se distinguindo os grupos nesta variável [$t(78) = .00$, $p = 1.00$]. Eles são também homogéneos em relação ao sexo da criança [$\chi^2(1) = .80$, $p = .370$].

Os pais referiram que 38.2% das crianças já tinham recebido algum tipo de apoio técnico. Ainda que esta variável tenha sido caracterizada para ambos os grupos, salienta-se que, nos objectivos definidos, ela foi incluída apenas para o grupo Adopção.

3.2 Instrumentos

3.2.1 EMBU-P

O EMBU-P é um questionário de auto-relato para pais (Castro, Pablo, Gómez, Arrindell, & Toro, 1997) que visa a avaliação da percepção acerca dos seus próprios estilos educativos, cuja versão portuguesa foi desenvolvida por Canavarro e Pereira (2007a).

A versão portuguesa do EMBU-P é constituída por 42 itens, com uma escala de resposta de tipo *Likert* de 4 pontos (1 – Não, nunca, 2 – Sim, às vezes, 3 – Sim, frequentemente, 4 – Sim, sempre), que remete para a frequência de cada um dos comportamentos parentais apresentados.

O instrumento faculta resultados em três dimensões, nomeadamente Suporte Emocional, Rejeição e Tentativa de Controlo (Canavarro & Pereira, 2007a). A dimensão Suporte Emocional é constituída por 14 itens que traduzem a expressão verbal e física de suporte afectivo por parte dos progenitores, a aceitação parental e a disponibilidade física e psicológica da figura parental. Os 17 itens da dimensão Rejeição expressam hostilidade/agressão verbal e física e não-aceitação da criança. Por último, a dimensão Tentativa de Controlo integra 11 itens que descrevem intenções e acções dos pais, as quais visam controlar o comportamento da criança, e manifestações de exigência em relação ao/à filho/a, bem como preocupações com o seu bem-estar (Canavarro & Pereira, 2007a). Resultados mais altos remetem para níveis mais elevados destas dimensões.

Segundo Castro et al. (1997), no EMBU-P os coeficientes alfa de Cronbach situam-se num intervalo de .75 a .84 (.75 para a dimensão Rejeição, .76 para a dimensão Tentativa de Controlo e .84 para dimensão Suporte Emocional). Estes valores são semelhantes aos obtidos por Canavarro e Pereira (2007a), os quais variam entre .71 e .82 (para mães e pais), sendo considerados aceitáveis para fins não só de investigação mas também clínicos.

No presente estudo, os coeficientes alfa de Cronbach obtidos para os grupos Adopção e Biológico foram, respectivamente, .86 e .87 para a dimensão *Suporte Emocional*, .72 e .64 para a dimensão *Rejeição* e .82 e .72 para a dimensão *Tentativa de Controlo*.

3.2.2 Inventário sobre a Vinculação na Infância e Adolescência (IVIA)

O IVIA é um questionário desenvolvido por Carvalho, Soares, e Baptista (2006) com o intuito de avaliar um conjunto de comportamentos e representações de vinculação na infância e adolescência. Tem uma versão de auto-avaliação, para ser respondida por crianças e jovens com idades compreendidas entre os 7 e os 17 anos, e uma versão de hétero-avaliação que assenta nos relatos parentais (Carvalho, 2007). Esta última versão foi a utilizada no presente estudo, pelo que a seguir far-se-á referência apenas a ela.

O instrumento é constituído por 24 itens com uma escala de resposta de tipo *Likert* de 5 pontos (1 - Nunca, 2 - Algumas Vezes, 3 - Muitas Vezes, 4 - Quase Sempre, 5 - Sempre) (Carvalho et al., 2006). No caso da versão de hétero-avaliação, os pais devem estimar a frequência que descreve melhor comportamentos do/a filho/a e assinalar o número correspondente (Carvalho, 2007).

O instrumento permite obter resultados para três dimensões – Vinculação Segura, Vinculação Ansiosa/Ambivalente e Vinculação Evitante. Resultados mais elevados em cada dimensão correspondem a maior frequência de comportamentos e representações de vinculação do estilo de vinculação respectivo (Carvalho, 2007).

Os valores dos coeficientes alfa de Cronbach indicam uma consistência interna adequada (Carvalho, 2007), sendo .81 para a Vinculação Segura, .82 para a Vinculação Ansiosa/Ambivalente e .72 para a Vinculação Evitante.

No presente estudo, os coeficientes alfa de Cronbach para os grupos Adoção e Biológico foram, respectivamente, .89 e .89 para a Vinculação Segura, .82 e .87 para a Vinculação Ansiosa-Ambivalente e .73 e .72 para a dimensão Vinculação Evitante, indicando uma consistência interna satisfatória.

3.2.3 Questionário Sociodemográfico

Para além dos instrumentos supracitados, todos os participantes preencheram um Questionário Sociodemográfico, abrangendo informação relativa aos pais (e.g., idade, zona de residência habitual, escolaridade, profissão, tipo de família, estado civil, número de filhos) e à criança (e.g., sexo, idade, apoio técnico). Foi ainda recolhida informação específica sobre a adoção (e.g., ano da pré-adoção, ano da adoção plena, idade da criança à chegada à família).

3.3 Procedimentos

Este estudo enquadra-se no âmbito de uma investigação mais alargada dirigida para a parentalidade adoptiva da responsabilidade da Doutoranda Marta Nunes, do Doutoramento Interuniversitário em Psicologia Clínica (especialidade de Psicologia da Família e Intervenção Familiar), da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa e da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, sob orientação da Prof. Doutora Isabel Narciso e Co-orientação da Prof. Doutora Salomé Vieira Santos.

Na investigação acima referida os participantes do G1 foram seleccionados da lista de famílias adoptivas do Instituto da Segurança Social (ISS) e do Serviço de Adopção da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), após obtidas as devidas autorizações, sendo esta selecção feita através de contacto realizado por esses mesmos serviços (SCML e ISS). Especificamente, às famílias adoptantes que cumpriam os critérios de inclusão (ter um/a filho/a adoptado/a com idade actual entre os 6 e os 12 anos e integrado/a na família há dois ou mais anos à data da recolha de dados, não estar em curso um processo de integração de uma criança na família, não haver uma gravidez actual, e residir em Portugal Continental ou Ilhas) foi enviado o protocolo de investigação (bastante mais alargado do que o do presente estudo), incluindo-se exemplares para a mãe e para o pai, ou apenas um exemplar caso se tratasse de uma família singular, bem como um envelope RSF para devolução do(s) protocolo(s) preenchido(s). Os participantes foram devidamente informados do estudo (e.g., âmbito, objectivos, confidencialidade, possibilidade de esclarecimento de dúvidas e acesso a informação pós-estudo), bem como das características gerais dos instrumentos e das instruções de preenchimento, através de carta que acompanhava o protocolo de investigação, sendo a sua participação voluntária. O protocolo podia ser também preenchido *online* (Plataforma Qualtrics).

A selecção do grupo de famílias biológicas (G2) seguiu alguns dos critérios utilizados na selecção do G1, designadamente ter filhos com o mesmo intervalo etário (6-12 anos), não haver um processo de gravidez aquando do momento da recolha de dados e residir em Portugal Continental ou Ilhas. Os participantes foram devidamente informados da investigação, e de que esta visava pais adoptivos e biológicos, recebendo informação equivalente à transmitida para o G1. A sua participação foi igualmente voluntária. Tal como para o G1, o protocolo podia ser preenchido em papel ou *online* (Plataforma Qualtrics), tendo a recolha sido efectuada sobretudo através desta última via. A divulgação do estudo foi feita com recurso a uma rede de contactos informais, através de uma amostragem de propagação exponencial, por um efeito

“bola de neve” (Maroco & Bispo, 2003). No caso das respostas ao protocolo em papel, combinou-se previamente uma data para a devolução do mesmo.

Em ambos os grupos, foram devolvidos protocolos preenchidos por cada uma das figuras parentais ou só por uma delas, sendo o último caso mais frequente neste estudo.

3.4 Procedimentos Estatísticos

O tratamento estatístico dos dados do presente estudo foi realizado através da versão 22 do programa SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*).

Recorreu-se à estatística descritiva para a caracterização da amostra (tendo em conta dados específicos recolhidos com o questionário sociodemográfico), através do cálculo da média, desvio padrão e valores mínimo e máximo, ou da frequência e percentagem, dependendo do tipo de variáveis em causa (contínuas ou categoriais), respectivamente.

No tratamento dos dados recorreu-se igualmente à estatística inferencial (paramétrica), utilizando-se o teste *t de Student* sempre que estava em causa a comparação de dois grupos independentes em relação a uma variável contínua. Ainda em termos de estatística inferencial paramétrica, procedeu-se ao cálculo da ANOVA factorial num desenho 2 (grupo – adopção/biológico) x 2 (figura parental – mãe/pai). Para a comparação de duas amostras independentes no caso de uma variável dicotómica/categorial utilizou-se estatística não-paramétrica, designadamente o teste Qui-quadrado.

No que diz respeito às técnicas estatísticas que permitem a medida do grau de correlação entre duas variáveis, usou-se o coeficiente de Pearson (*Pearson Product Moment correlation Coefficient*), o coeficiente de correlação bisserial por pontos e o coeficiente de Spearman (*Spearman Rank-Order Correlation Coefficient*), em função de se tratar de uma relação linear apenas entre variáveis métricas, entre variáveis métricas e dicotómicas ou entre variáveis métricas e ordinais, respectivamente.

Previamente à escolha dos testes estatísticos a utilizar, foram testados os pressupostos da normalidade das distribuições e da homogeneidade da variância, os quais, na generalidade, estavam cumpridos.

Procedeu-se ainda ao cálculo dos coeficientes alfa de Cronbach para cada um dos instrumentos utilizados (ver ponto 3.2 Instrumentos).

4. Resultados

Neste ponto apresentam-se os resultados do presente estudo, de acordo com os objectivos definidos para o mesmo.

4.1 Estilos Educativos Parentais e Padrões de Vinculação da Criança em Função do Grupo (Adopção/Biológico) e da Figura Parental (Mãe/Pai)

4.1.1. Estilos Educativos Parentais em Função do Grupo e da Figura Parental

Apresentam-se em seguida os resultados da ANOVA em relação aos Estilos Educativos Parentais (Suporte Emocional, Tentativa de Controlo e Rejeição), avaliados com o instrumento EMBU-Pais (Canavarro & Pereira, 2007), considerando o Grupo (Adopção/Biológico) e a Figura Parental (Mãe/Pai) como variáveis independentes. Trata-se de uma ANOVA com um desenho factorial do tipo 2 (grupo) x 2 (figura parental).

No Quadro 5 apresentam-se os resultados para o Suporte Emocional e na Figura 1 as médias e os desvios-padrão respectivos.

Quadro 5

Suporte Emocional em Função do Grupo (Adopção/Biológico) e da Figura Parental (Mãe/Pai)

Variável	gl	Quadrados Médios	F	P
Grupo	1	45	.02	.887
Figura Parental	1	168.20	7.62	.007
Grupo x Figura Parental	1	1.25	.06	.813
Erro	76	22.07		

Verifica-se que existe um efeito significativo da variável Figura Parental [$F(1, 76) = 7.62$, $p = .007$]. A observação da Figura 1 mostra que as mães obtêm médias mais elevadas do que os pais em ambos os grupos [$G1 - M_{\text{mãe}} = 50.10 > M_{\text{pai}} = 46.95$; $G2 - M_{\text{mãe}} = 50.00 > M_{\text{pai}} = 47.35$].

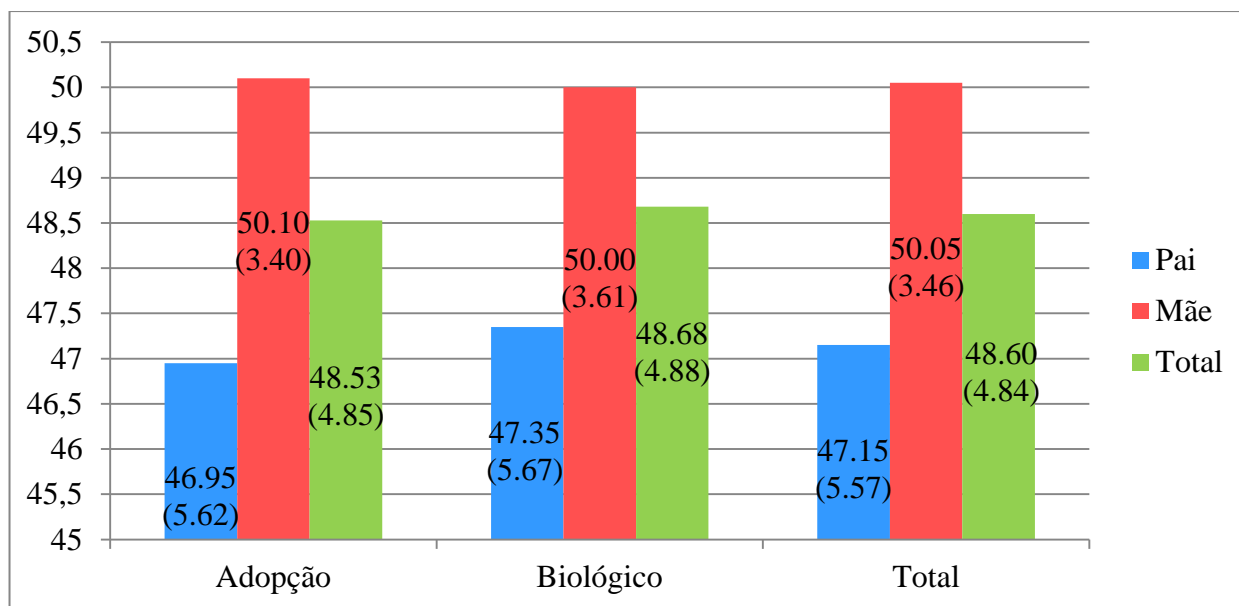


Figura 1. Médias (e Desvios-Padrão) do Suporte Emocional em Função do Grupo (Adopção/Biológico) e da Figura Parental (Mãe/Pai)

No que diz respeito à Tentativa de Controlo (Quadro 6), obtém-se um efeito marginalmente significativo para a variável Grupo [$F(1,76) = 3.28$, $p = .074$]. Como se observa na Figura 2, a média do G1 é superior à do G2 [$G1 - M = 27.35 > G2 - M = 25.65$]. Relativamente à Figura Parental não se obtém um resultado significativo, sendo as médias das mães e dos pais próximas (ver Figura 2) em ambos os grupos.

Quadro 6

Tentativa de Controlo em Função do Grupo (Adopção/Biológico) e da Figura Parental (Mãe/Pai)

Variável	gl	Quadrados Médios	F	p
Grupo	1	57.80	3.28	.074
Figura Parental	1	.05	.00	.958
Grupo x Figura Parental	1	8.45	.48	.490
Erro	76	17.60		

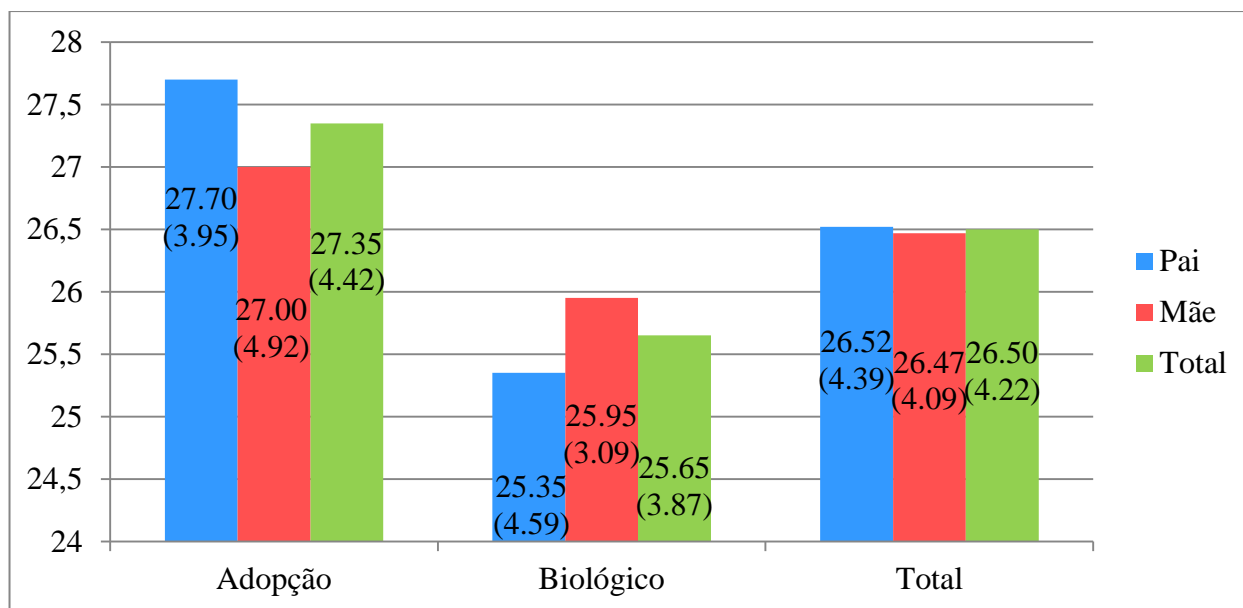


Figura 2. Médias (e Desvios-Padrão) da Tentativa de Controlo em Função do Grupo (Adopção/Biológico) e da Figura Parental (Mãe/Pai)

Por último, face à Rejeição não se obtém qualquer efeito significativo (Quadro 7), sendo as médias muito semelhantes quer para os grupos adopção/biológico, quer para as mães/pais em cada grupo (ver Figura 3).

Quadro 7

Rejeição em Função do Grupo (Adopção/Biológico) e da Figura Parental (Mãe/Pai)

Variável	gl	Quadrados Médios	F	P
Grupo	1	.00	.00	.100
Figura Parental	1	6.06	.30	.586
Grupo x Figura Parental	1	2.45	.12	.729
Erro	76	20.27		

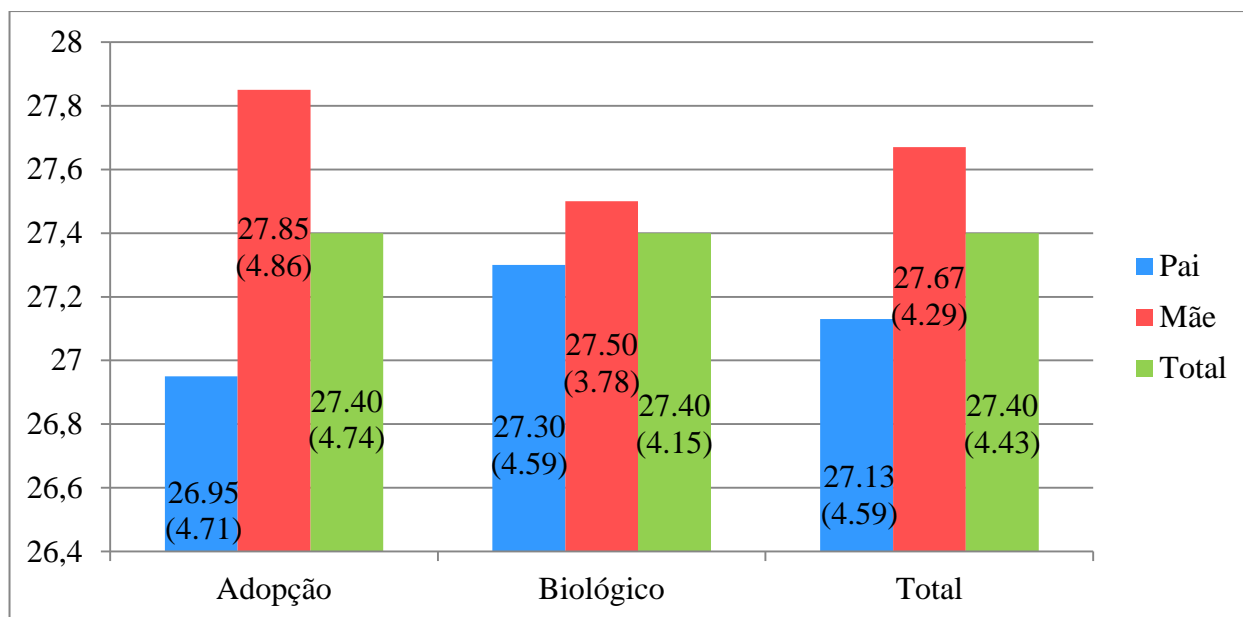


Figura 3. Médias (e Desvios-Padrão) da Rejeição em Função do Grupo (Adopção/Biológico) e da Figura Parental (Mãe/Pai)

Note-se a ausência de qualquer efeito de interacção entre as variáveis Grupo e Figura Parental no caso dos três Estilos Educativos Parentais (ver Quadros 5, 6 e 7).

4.1.2 Padrões de Vinculação em Função do Grupo e da Figura Parental

Apresentam-se em seguida os resultados da ANOVA para os Padrões de Vinculação (Segura, Ansiosa-Ambivalente e Evitante), avaliados a partir do instrumento IVIA (Carvalho, Soares & Baptista, 2006), considerando como variáveis independentes o Grupo (Adopção/Biológico) e a Figura Parental (Mãe/Pai). Assim, trata-se, mais uma vez, de uma ANOVA a dois factores: 2 (grupo) x 2 (Figura parental).

Do Quadro 8 constam os resultados para a Vinculação Segura. Não se alcançam resultados significativos para o Grupo, Figura Parental, ou para a interacção.

Quadro 8

Vinculação Segura em Função do Grupo (Adopção/Biológico) e da Figura Parental (Mãe/Pai)

Variável	gl	Quadrados Médios	F	p
Grupo	1	.10	.24	.627
Figura Parental	1	.40	.97	.329
Grupo x Figura Parental	1	.05	.13	.724
Erro	76	.42		

Conforme se pode observar na Figura 4, as médias são próximas no grupo Adopção e no grupo Biológico, sendo também aproximadas as médias das mães e dos pais em cada grupo.

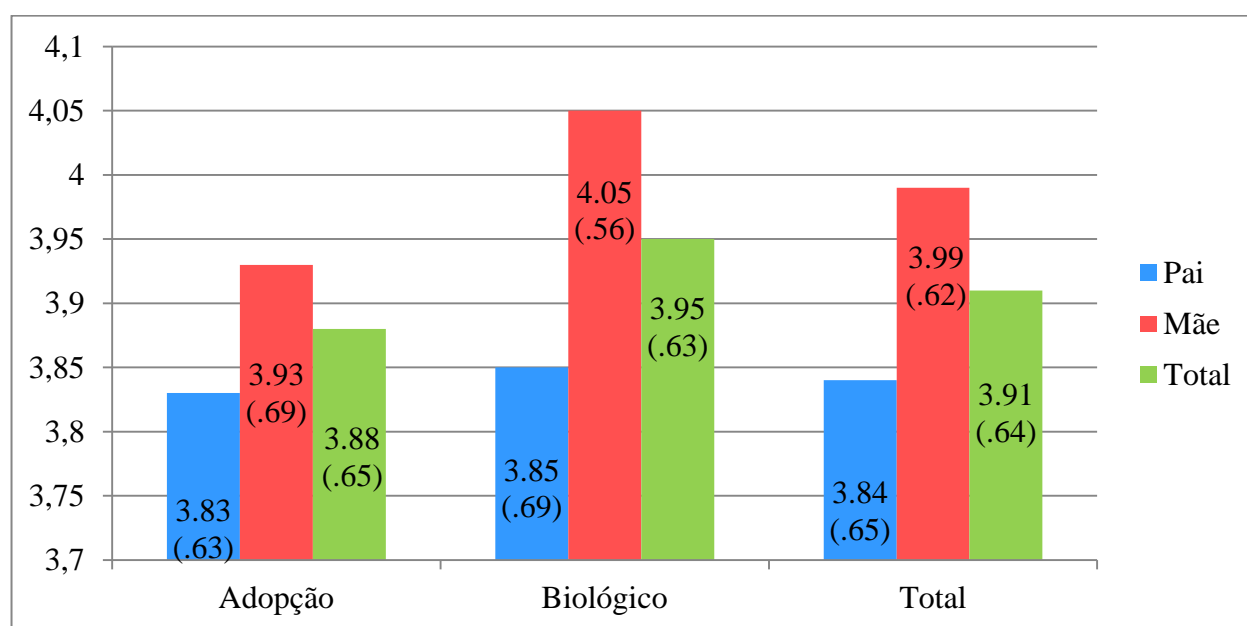


Figura 4. Médias (e Desvios-Padrão) do Padrão de Vinculação Segura em Função do Grupo (Adopção/Biológico) e da Figura Parental (Mãe/Pai)

Do Quadro 9 constam os resultados para a Vinculação Ansiosa-Ambivalente. Obtém-se um efeito significativo para a variável Grupo [$F(1, 76) = 5.11$, $p = .027$].

Quadro 9

Vinculação Ansiosa-Ambivalente em Função do Grupo (Adopção/Biológico) e da Figura Parental (Mãe/Pai)

Variável	gl	Quadrados Médios	F	p
Grupo	1	1.75	5.11	.027
Figura Parental	1	.83	2.42	.124
Grupo x Figura Parental	1	.15	.43	.515
Erro	76	.34		

Na Figura 5 sobressai que as médias do Grupo 1 são superiores às do G2 [$G1 - M = 2.06 > G2 - M = 1.76$].

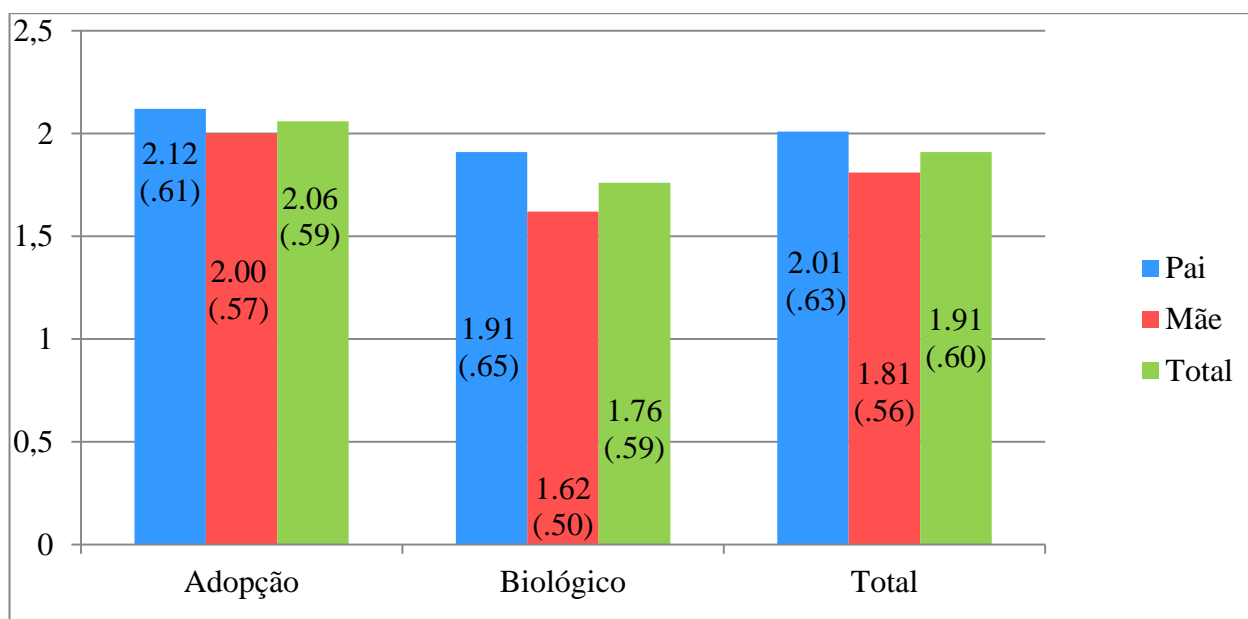


Figura 5. Médias (e Desvios-Padrão) do Padrão de Vinculação Ansiosa-Ambivalente em Função do Grupo (Adopção/Biológico) e da Figura Parental (Mãe/Pai)

No que se refere à Vinculação Evitante, (Quadro 10), obtém-se um efeito significativo (ou melhor, marginalmente significativo) para a interacção Grupo x Figura Parental [$F(1, 76) = 3.84, p = .054$].

Quadro 10

Vinculação Evitante em Função do Grupo (Adopção/Biológico) e da Figura Parental (Mãe/Pai)

Variável	gl	Quadrados Médios	F	p
Grupo	1	.41	1.82	.182
Figura Parental	1	.32	1.42	.237
Grupo x Figura Parental	1	.87	3.84	.054
Erro	76	.23		

As mães e os pais do grupo Adopção obtêm médias significativamente mais elevadas do que as mães do grupo Biológico (ver Figura 6; ver também Figura 7) - $G1 - M_{\text{mãe}} = 2.13$ e $M_{\text{pai}} = 2.05 > G2 - M_{\text{mãe}} = 1.78$.

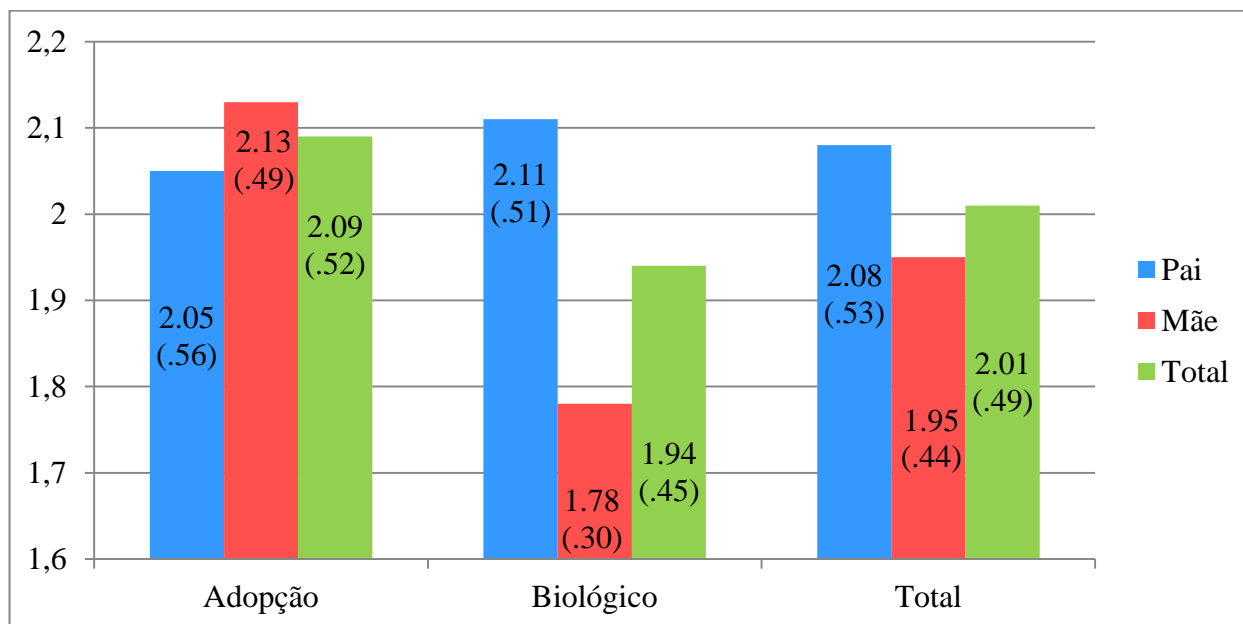


Figura 6. Médias (e Desvios-Padrão) do Padrão de Vinculação Evitante em Função do Grupo (Adopção/Biológico) e da Figura Parental (Mãe/Pai)

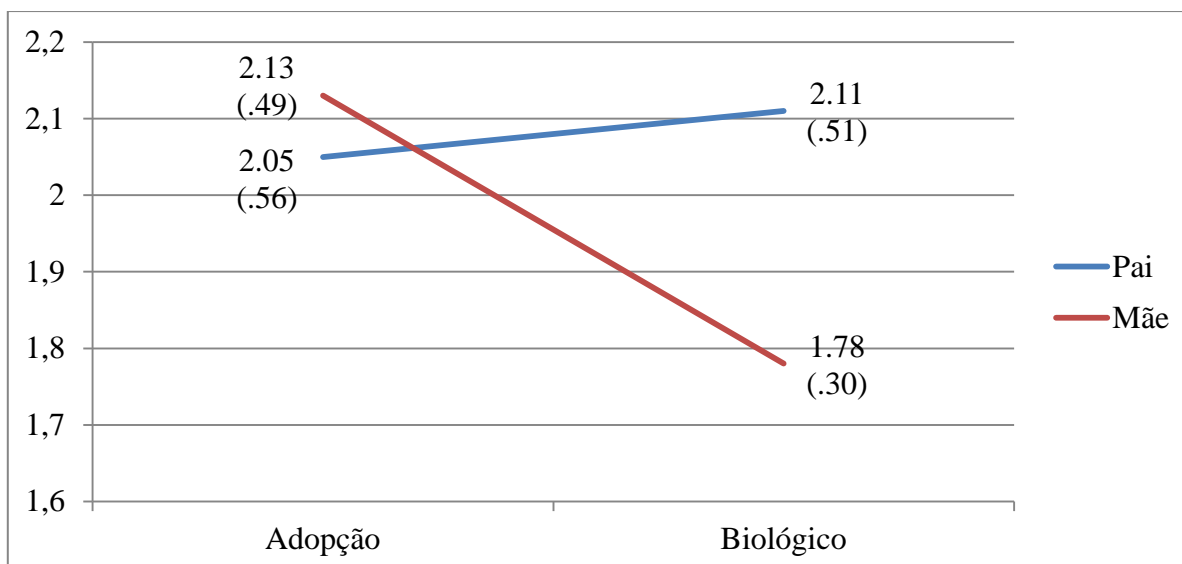


Figura 7. Efeito de Interação entre as variáveis Grupo (Adopção/Biológico) e Figura Parental (Mãe/Pai) no Padrão de Vinculação Evitante

4.2 Correlação dos Estilos Educativos Parentais e dos Padrões de Vinculação da Criança com Variáveis Específicas da Adopção

No Grupo Adopção procedeu-se ao estudo correlacional dos Estilos Educativos Parentais e dos Padrões de Vinculação com variáveis específicas da adopção relativas à criança.

4.2.1 Correlação dos Estilos Educativos Parentais com Variáveis Específicas da Adopção

No Quadro 11 apresentam-se os resultados da correlação dos Estilos Educativos Parentais (Suporte Emocional, Tentativa de Controlo e Rejeição) com variáveis da adopção, designadamente Idade aquando da Chegada à Família, Tempo de Permanência na Família e Apoio Técnico recebido (ou não) pela criança (esta variável foi categorizada em 1 ou 2, respectivamente).

Quadro 11

Correlação dos Estilos Educativos Parentais (Suporte Emocional, Tentativa de Controlo e Rejeição) com Variáveis Específicas da Adopção Referentes à Criança

Variáveis da Adopção	Suporte Emocional	Tentativa de Controlo	Rejeição
Idade à Chegada	-.17	.133	.22
Tempo na Família	-.18	-.10	.16
Apoio Técnico	-.03	-.05	-.38*

*p< .05

Observa-se apenas uma correlação negativa significativa da Rejeição com o Apoio Técnico recebido pela criança, não se obtendo correlações significativas do Suporte Emocional e Tentativa de Controlo com qualquer uma das variáveis da adopção consideradas.

4.2.2 Correlação dos Padrões de Vinculação com Variáveis Específicas da Adopção

No Quadro 12 apresentam-se os resultados da correlação dos Padrões de Vinculação (Segura, Ansiosa-Ambivalente e Evitante) com as variáveis específicas da adopção já referidas, designadamente Idade aquando da Chegada à Família, Tempo de Permanência na Família e Apoio Técnico (1 – sim, 2 – não).

Quadro 12

Correlação dos Padrões de Vinculação (Segura, Ansiosa-Ambivalente e Evitante) com Variáveis Específicas da Adopção Referentes à Criança

Variáveis da Adopção	Segura	Ansiosa-Ambivalente	Evitante
Idade à Chegada	-.35*	.28	.02
Tempo na Família	-.09	-.16	-.06
Apoio Técnico	.22	-.37*	-.15

*p< .05

Obtêm-se duas correlações negativas significativas, uma da Vinculação Segura com a Idade da Criança aquando da Chegada à Família e outra da Vinculação Ansiosa-Ambivalente com o Apoio Técnico. A vinculação Evitante não se correlaciona com nenhuma das variáveis da adopção.

4.3 Correlação dos Estilos Educativos Parentais e dos Padrões de Vinculação da Criança com Variáveis Sociodemográficas dos Pais e da Criança (Grupos Adopção e Biológico)

Foi ainda realizado o estudo correlacional dos Estilos Educativos Parentais e dos Padrões de Vinculação com Variáveis Sociodemográficas, quer dos Pais quer da Criança, para os Grupos Adopção e Biológico.

4.3.1 Estilos Educativos Parentais

4.3.1.1 Correlação com Variáveis Sociodemográficas dos Pais

No Quadro 13 indicam-se os resultados da correlação dos Estilos Educativos Parentais (Suporte Emocional, Tentativa de Controlo e Rejeição) com Variáveis Sociodemográficas dos Pais, designadamente Idade, Duração do Casamento/União de facto, Escolaridade e Número de Filhos, para o G1 (Adopção) e para o G2 (Biológico).

Quadro 13

Correlação dos Estilos Educativos Parentais (Suporte Emocional, Tentativa de Controlo e Rejeição) com Variáveis Sociodemográficas dos Pais (G1 e G2)

Variável	Suporte Emocional		Tentativa de Controlo		Rejeição	
	G1	G2	G1	G2	G1	G2
Idade	-.08	-.01	-.24	.13	-.15	-.22
Duração do Casamento/União de Facto	-.37*	.26	-.37*	.17	-.24	-.07
Escolaridade	.22	-.06	-.34*	-.36*	.05	.12
Número de Filhos	-.24	-.03	-.05	-.27	.04	-.20

*p< .05

No que se refere ao G1, observam-se correlações negativas significativas quer do Suporte Emocional, quer da Tentativa de Controlo com a Duração do Casamento/União de facto. Em ambos os Grupos obtêm-se ainda correlações negativas significativas da Tentativa de Controlo com a Escolaridade. A Rejeição não se correlaciona com nenhuma das variáveis sociodemográficas dos pais, o que acontece nos dois grupos (Quadro 13).

4.3.1.2 Correlação com Variáveis Sociodemográficas da Criança

No Quadro 14 apresentam-se os resultados da correlação dos Estilos Educativos Parentais (Suporte Emocional, Tentativa de Controlo e Rejeição) com Variáveis Sociodemográficas da Criança, especificamente o Sexo (1 – masculino, 2 – feminino) e a Idade Actual, para os Grupos 1 e 2.

Quadro 14

Correlação dos Estilos Educativos Parentais (Suporte Emocional, Tentativa de Controlo e Rejeição) com Variáveis Sociodemográficas da Criança (G1 e G2)

Variável	Suporte Emocional		Tentativa de Controlo		Rejeição	
	G1	G2	G1	G2	G1	G2
Sexo	.31*	-.11	.08	-.05	-.00	-.02
Idade Actual	-.37*	-.02	.05	-.18	.40**	-.03

*p< .05, **p<.01

No G1 obtêm-se correlações significativas do Suporte Emocional quer com o Sexo (positiva), quer com a Idade Actual (negativa) da criança, observando-se ainda uma correlação (positiva) da Idade Actual com a Rejeição. No G2 não se obteve qualquer resultado significativo.

4.3.2 Padrões de Vinculação

4.3.2.1 Correlação com Variáveis Sociodemográficas dos Pais

No Quadro 15 figuram os resultados da correlação dos Padrões de Vinculação (Segura, Ansiosa-Ambivalente e Evitante) com as variáveis sociodemográficas dos pais já referidas (Idade, Duração do Casamento/União de facto, Escolaridade e Número de Filhos).

Quadro 15

Correlação dos Padrões de Vinculação (Segura, Ansiosa-Ambivalente e Evitante) com Variáveis Sociodemográficas dos Pais (G1 e G2)

Variável	Segura		Ansiosa-Ambivalente		Evitante	
	G1	G2	G1	G2	G1	G2
Idade	-.11	.04	-.10	.18	.11	.18
Duração do Casamento/União de Facto	-.13	.20	.01	-.19	-.00	-.34*
Escolaridade	.09	-.09	-.10	-.19	.15	-.10
Número de Filhos	-.37*	.02	.19	-.34*	-.02	-.31*

* $p < .05$

Para o G1 observa-se uma correlação negativa significativa da Vinculação Segura com o Número de Filhos. No G2, verificam-se igualmente correlações significativas (negativas) do Número de Filhos, mas com a Vinculação Ansiosa-Ambivalente e com a Vinculação Evitante. Neste Grupo é ainda de realçar a correlação negativa da Vinculação Evitante com a Duração do Casamento/União de facto.

De assinalar a ausência de correlações significativas de qualquer um dos Padrões de Vinculação com as variáveis Idade dos Pais e Escolaridade, em ambos os grupos (Quadro 15).

4.3.2.2 Correlação com Variáveis Sociodemográficas da Criança

No Quadro 16 apresentam-se os resultados do estudo correlacional dos Padrões de Vinculação (Segura, Ansiosa-Ambivalente e Evitante) com variáveis sociodemográficas da criança (Sexo e Idade Actual) em ambos os grupos.

Quadro 16

Correlação dos Padrões de Vinculação (Segura, Ansiosa-Ambivalente e Evitante) com Variáveis Sociodemográficas da Criança (G1 e G2)

Variável	Segura		Ansiosa-Ambivalente		Evitante	
	G1	G2	G1	G2	G1	G2
Sexo	-.01	-.12	-.20	-.13	.12	.03
Idade Actual	-.49***	.05	.18	.01	-.06	.22

***p<.001

No que diz respeito ao G1, observa-se uma correlação negativa significativa da Vinculação Segura com a Idade da Criança. No G2 não se obteve qualquer correlação significativa com as variáveis sociodemográficas da criança consideradas.

5. Discussão

Procede-se em seguida à discussão dos resultados obtidos, analisados no ponto anterior, sendo esta realizada segundo a ordem adoptada na sua apresentação e de acordo com os objectivos definidos para o estudo.

5.1 Características dos Estilos Educativos Parentais e dos Padrões de Vinculação da Criança em Função do Grupo e da Figura Parental

Neste ponto discutem-se os resultados relativos à caracterização dos estilos educativos parentais (Suporte Emocional, Rejeição e Tentativa de Controlo) e dos padrões de vinculação da criança (Vinculações Segura, Ansiosa-Ambivalente e Evitante) em função do Grupo – Adopção (G1)/ Biológico (G2) e da Figura Parental – Mãe/Pai (Objectivo 1).

5.1.1 Estilos Educativos Parentais em Função do Grupo e da Figura Parental

No que diz respeito à caracterização dos estilos educativos parentais em função do grupo, verificou-se um efeito marginalmente significativo para a dimensão Tentativa de Controlo, obtendo o grupo Adopção resultados mais elevados, comparativamente com o grupo Biológico. Isto indica que os pais e as mães adoptivos tendem a considerar que exercem um maior controlo sobre o comportamento da criança e têm maior preocupação e exigência com ela. Face à análise dos estilos educativos parentais em função da figura parental, mães e pais distinguem-se significativamente no Suporte Emocional, obtendo as mães resultados mais elevados nesta dimensão (nos dois grupos). Tal indica que as mães percebem níveis superiores de suporte, aceitação e disponibilidade parental (física e psicológica). No que se refere à dimensão Rejeição, esta não conduziu a resultados significativos (em função do grupo ou da figura parental), tendo as mães e os pais adoptivos e biológicos uma percepção semelhante neste domínio.

Deste modo, os resultados corroboram as hipóteses colocadas para os estilos educativos parentais (Hipótese 1a e 1b), nas quais se previa que houvesse variação numa ou mais dimensões (Suporte Emocional e/ou Tentativa de Controlo e/ou Rejeição) em função do Grupo (1a) e da Figura Parental (1b).

Relativamente à caracterização dos estilos educativos parentais em função do grupo, apesar dos estudos desenvolvidos no âmbito da adopção parecerem consonantes quanto à prevalência de um estilo parental autoritativo neste tipo de família (Muñoz et al., 2007; Tan, Camras, Deng, Zhang, & Lu, 2012), Hartman e Laird (1990) sugerem a existência de uma tendência para o autoritarismo em pais e mães de crianças adoptadas, em comparação com pais e mães

biológicos. O resultado agora obtido é em parte consonante com este já que os pais e mães adotivos exercem um maior controlo sobre o comportamento da criança face aos biológicos. Ainda assim, importa referir que, segundo alguns autores, o grau de controlo que os pais adotivos exercem sobre o comportamento dos filhos é adequado (Bernedo, Palácios, Sanchez, & Sanchez, citado por Munoz, Rebollo, & Fernandez-Molina, 2007), eventualmente até pelas características comportamentais de algumas crianças adoptadas. Com efeito, o facto de os adoptantes estarem conscientes, quer das vicissitudes da história de vida das crianças em condição de adoptabilidade, quer do desafio acrescido que as idiossincrasias da parentalidade adoptiva podem trazer, explicará, pelo menos em parte, o recurso a um maior controlo da criança, comparativamente com o que acontece com os pais biológicos. Contudo, a literatura releva inconsistência neste domínio, encontrando Solomon e Rueter et al. (2009) níveis de controlo parental semelhantes em ambos os tipos de família.

Em relação aos estilos educativos parentais em função do sexo da figura parental, os resultados são coincidentes com os mencionados na literatura para ambos os grupos, embora com pequenas variações no grupo Adopção. No domínio da parentalidade biológica, Castro et al. (1997) concluem que as mães, em comparação com os pais, percebem níveis mais elevados em todas as dimensões do EMBU-P, e Pereira et al. (2009) identificam níveis de suporte emocional e de controlo maternos superiores aos paternos, ainda que no presente estudo se obtenham resultados significativos apenas para a dimensão suporte emocional. Também Gomes (2010) conclui no mesmo sentido, demonstrando que as práticas parentais das mães são mais consistentes com o estilo autoritativo, direccionando-se para o cuidado e segurança dos filhos. O facto de as mães do presente estudo referirem níveis superiores de suporte emocional poderá ser enquadrado ainda nos papéis tradicionais de género na família, segundo os quais a mãe tende a assumir mais o cuidado dos filhos embora, na generalidade, esta diferença entre pais e mães pareça estar a atenuar-se-se na sociedade dita ‘contemporânea’. Acresce a isto a evidência do “padrão tradicional” de Baumrind (1989), na idade escolar, caracterizado por uma diferenciação no papel estrutural entre mães e pais, sendo as mães altamente responsivas, mas relativamente pouco exigentes (predominantemente permissivas) enquanto os pais seriam altamente exigentes, mas frequentemente coercivos e não-responsivos (maioritariamente autoritários), o que também apoia os resultados do presente estudo. Note-se que os níveis superiores de suporte emocional referidos pelas mães deste estudo poderão ter subjacente o desenvolvimento de relações mãe-criança mais próximas e até intensas, sugestivas de uma eventual maior sensibilidade e envolvimento na parentalidade por parte delas (Canavarro & Pereira, 2007a). No que se refere especificamente à adopção, Solomon e Poirier

(2006) verificam que as mães e pais adotivos pareceram ser tão afectuosos e aceitantes com os seus filhos quanto as mães e pais biológicos, o que vai na linha dos resultados do presente estudo (ausência de variação do suporte emocional em função do grupo). Contudo, Marquis e Detweiler (1985) verificam o contrário, ao descreverem os pais adotivos como mais carinhosos, previsíveis, solícitos e dispostos a ajudar, comparativamente com os biológicos, classificando-os ainda Munoz et al. (2007) como mais afectivos. Contudo, os resultados do presente estudo são diversos dos de Lanz, Iafrate, Rosnati, e Scabini (1999), os quais verificaram que tanto as mães como os pais adotivos reportam maior frequência de comportamentos de suporte nas interacções pai/mãe-filho/a, em comparação com os pais biológicos.

5.1.2 Padrões de Vinculação em Função do Grupo e da Figura Parental

No que se refere à caracterização dos padrões de vinculação em função do grupo, os grupos Adopção e Biológico distinguem-se significativamente na percepção da Vinculação Ansiosa-Ambivalente, obtendo o primeiro resultados mais elevados, indicativos de que os pais adotivos, comparativamente com os biológicos, percebem níveis superiores deste padrão de vinculação. Relativamente à Vinculação Evitante, obteve-se um efeito marginalmente significativo para a interacção entre o Grupo e a Figura Parental, sugestivo de que as mães e os pais do grupo Adopção se distinguem das mães do grupo Biológico, tendendo a perceber níveis mais elevados de vinculação evitante nos filhos. Não se obtiveram resultados significativos relativamente à Vinculação Segura, em função do Grupo ou da Figura Parental e, como tal, as mães e os pais adotivos e biológicos têm uma percepção semelhante deste padrão de vinculação.

Desta forma, foi possível confirmar uma das hipóteses delineadas para os padrões de vinculação, a qual previa que um ou mais padrões de vinculação (Segura e/ou Ansiosa-Ambivalente e/ou Evitante) variasse(m) em função do Grupo (Hipótese 2a), mas não se confirmou a hipótese que previa uma variação em função da Figura Parental (Hipótese 2b), já que se obteve um efeito para a interacção do Grupo com a Figura Parental, mas não para a Figura Parental.

Os resultados do presente estudo no que se refere ao padrão de vinculação evitante não vão na linha dos encontrados por Monteiro et al. (2008), na medida em que os autores demonstram que o sexo parental não tem influência na qualidade da vinculação e no presente estudo obtém-se um efeito de interacção entre o grupo e o sexo (recorda-se que as mães e os pais adotivos referem níveis superiores de vinculação evitante, comparativamente com as mães biológicas).

O resultado poderá ser justificado pelas características de muitas crianças adoptadas, cujas relações com os cuidadores nos meios prévios conduziram ao desenvolvimento de padrões de vinculação insegura, incluindo evitante. Em relação à variação da vinculação insegura (ansiosa-ambivalente) em função do grupo, os resultados apresentados na literatura são díspares. De facto, se Juffer e Rosenboom (1997) concluem que as características da vinculação da criança à mãe não se diferenciam em amostras adoptivas e não-adoptivas, outros autores encontram diferenças significativas nos “níveis de insegurança” das crianças quando se comparam amostras deste tipo (Singer et al., 1985), enquadrando-se o resultado agora obtido na tendência apontada no último estudo, ainda que ele incida na adopção internacional.

São vários os autores que não encontram diferenças na vinculação quando comparam amostras adoptivas e biológicas (e.g., Roman, 2010; Singer, Brodzinsky, Ramsay, Steir, & Waters, 1985; van den Dries et al., 2009; Veríssimo et al., 2005). A ausência de resultados significativos em função do grupo para a vinculação segura, poder-se-ia enquadrar nesta tendência. A este propósito, Ferreira et al. (2004) concluem que as mães adoptivas desenvolvem, tal como as biológicas, uma relação parental adequada, identificando-se com os seus filhos adoptados e estabelecendo com eles fortes laços afectivos, caracterizados por um sentimento de pertença e partilha. No que diz respeito à variação da vinculação segura em função do sexo parental, a literatura é mais inconsistente dado que, se, por um lado, alguns autores verificam que o padrão de vinculação seguro ocorre com maior frequência nas díades mãe-criança do que pai-criança (e.g., Faria, Lopes dos Santos, & Fuertes, 2014), observando também níveis de sensibilidade materna superiores à paterna (Faria et al., 2014), por outro lado, Monteiro et al. (2008) não encontram uma influência do sexo parental na qualidade da vinculação, sendo o resultado obtido no presente estudo consonante com este.

5.2 Relação dos Estilos Educativos Parentais e dos Padrões de Vinculação da Criança com Variáveis Específicas da Adopção

A análise da relação dos estilos educativos parentais e dos padrões de vinculação com variáveis específicas da adopção referentes à criança (idade aquando da chegada à família, tempo de permanência na família e apoio recebido), considerando a perspectiva de ambos os progenitores do grupo Adopção (Objectivo 2), permitiu verificar a existência de algumas relações significativas que serão em seguida discriminadas.

Os resultados indicam que, na perspectiva parental, o apoio técnico recebido pela criança se associa com a percepção de níveis mais elevados tanto de rejeição quanto de vinculação ansiosa-ambivalente, por parte dos pais adoptivos. Verificou-se ainda que o facto de a criança

ser mais nova aquando da adopção se associa com a percepção de níveis mais elevados de vinculação segura. Não se obteve uma relação dos estilos educativos parentais ou dos padrões de vinculação com a variável tempo de permanência na família.

Estes resultados confirmam as Hipóteses 3 e 4 que previam relações, respectivamente, dos estilos educativos parentais (uma ou mais dimensões – Suporte Emocional e/ou Tentativa de Controlo e/ou Rejeição) e dos padrões de vinculação (Segura e/ou Ansiosa-Ambivalente e/ou Evitante) com, pelo menos, uma das variáveis específicas da adopção referentes à criança que foram consideradas.

Dado que existe uma lacuna de conhecimento a respeito da relação dos estilos educativos parentais e dos padrões de vinculação com o apoio técnico recebido pela criança adoptada, não se dispõe de informação proveniente de estudos anteriores que ajude a fundamentar as relações encontradas. No entanto, recorde-se que Marcovitch, Cesaroni, Roberts, e Swanson (1995) referem que as condições de saúde menos boas que caracterizam muitas das crianças adoptadas podem afectar e condicionar quer as reacções que estas crianças elicitam nas figuras parentais, quer a interpretação que fazem dos seus sinais, vindo eventualmente a comprometer a sensibilidade e responsividade parentais (Juffer et al., 1997). É possível que haja crianças na amostra estudada que apresentem problemas de saúde, e que o referido se aplique a elas, mas o mais provável é que o facto de as crianças receberem apoio técnico se deva a dificuldades de natureza psicológica e escolar. Assim, pode colocar-se a hipótese que características psicológicas, relacionais e mesmo cognitivas da criança possam ter contribuído para o recurso a práticas que remetem para rejeição, para além de que uma discrepância entre as características da criança e as expectativas parentais face a ela pode ser também influente nestas práticas. Acresce que as crianças adoptadas desenvolveram frequentemente padrões inseguros de vinculação com os pais biológicos, podendo tornar-se, por isso, mais sensíveis a comportamentos percebidos como sendo de rejeição e dão respostas típicas de evitamento ou agressão (Weinfield et al., 1997), o que pode levar a que estas crianças sejam percebidas como mais problemáticas e, portanto, as figuras parentais sentirão eventualmente necessidade de encontrar algum tipo de apoio técnico para elas. Ainda a propósito da vinculação, sabe-se que “o sentimento de perda e rejeição que a adopção envolve, o sentimento de não ter sido amado ou desejado pelos pais biológicos, pode ser uma experiência traumática” (Salvaterra, 2007, p. 79). Também as experiências de abandono e privação vividas por estas crianças serão projectadas na relação que irá estabelecer com os seus novos pais (Brodzinsky, Smith, & Brodzinsky, 1998). Tudo isto pode trazer desafios adicionais ao desenvolvimento de novos vínculos com os pais adoptivos e justificar, assim, a necessidade

de apoio técnico especializado por parte da criança quando a vinculação é mais insegura, nomeadamente de carácter ansioso-ambivalente. Por fim, uma menção apenas a que o resultado que envolve o estilo parental rejeição deve ser interpretado cautelosamente na medida em que, nesta dimensão, o alfa de Cronbach calculado no presente estudo se encontra um pouco abaixo do que seria desejável (grupo adopção).

Relativamente à idade das crianças aquando da sua integração nas famílias adoptivas, e à relação obtida neste estudo com a vinculação segura, alguns autores não encontram uma associação desta variável com a segurança da vinculação estabelecida (Dozier et al., 2001; Gabler et al., 2014; Juffer & Roseboom, 1997; Singer et al., 1985). Contudo, o resultado obtido é consonante quer com Smyke et al. (2010), que referem ser maior a probabilidade de desenvolvimento de uma vinculação segura em crianças que são mais pequenas aquando da chegada à família, quer com van den Dries et al. (2008), em cujo estudo as crianças adoptadas antes do primeiro ano de vida apresentam níveis de vinculação segura comparáveis com as crianças biológicas, enquanto as adoptadas após esse período evidenciam níveis inferiores deste tipo de vinculação. Na verdade, as crianças que foram adoptadas mais velhas têm uma maior probabilidade de terem experimentado separações e perdas acumuladas, que resultam frequentemente em sentimentos de desconfiança perante os adultos e outros significativos, tendo, portanto, um risco superior de desenvolvimento de vinculações inseguras, ainda que mantenham a capacidade de se unir emocionalmente a uma família adoptiva (Salvaterra, 2007).

Embora não se tenha encontrado uma relação quer dos estilos educativos parentais quer dos padrões de vinculação com o tempo de permanência da criança na família, refira-se que alguns autores consideram que as crianças que integraram a família adoptiva há mais tempo acederam a pais responsivos e cuidados estáveis durante um período maior, tendo, portanto, maior oportunidade para recuperar das experiências adversas prévias à adopção (van den Dries et al., 2009), o que certamente será aplicável a muitas das crianças-alvo deste estudo. De facto, parece fazer sentido que, quanto mais extenso é o período de tempo junto da família adoptiva, maior a probabilidade de que a relação pais-criança assuma um carácter reparador das falhas do passado, podendo atingir-se, de forma progressiva, uma maior qualidade em termos da vinculação, bem como uma parentalidade mais positiva.

5.3 Relação dos Estilos Educativos Parentais e dos Padrões de Vinculação da Criança com Variáveis Sociodemográficas dos Pais e da Criança

Neste ponto procede-se à discussão dos resultados referentes à relação dos estilos educativos parentais e dos padrões de vinculação com variáveis sociodemográficas, quer dos

pais (idade, duração do casamento/união de facto, escolaridade e número de filhos) quer da Criança (idade e sexo), no grupo Adopção e no grupo Biológico (Objectivo 3).

Começar-se-á por discutir os resultados referentes à relação dos estilos educativos parentais, primeiramente com as variáveis sociodemográficas dos pais e depois com as variáveis sociodemográficas da criança em estudo, focando sempre ambos os grupos, o mesmo acontecendo para a discussão de resultados relativa aos padrões de vinculação.

5.3.1 Estilos Educativos Parentais

Relativamente à relação dos estilos educativos parentais com as variáveis sociodemográficas dos pais (mãe e pai), é de salientar que, na perspectiva dos pais adoptivos, os níveis de suporte emocional e tentativa de controlo são mais elevados quando os pais se encontram casados há menos tempo. Verifica-se ainda que, em ambos os grupos, uma escolaridade mais baixa associou-se com níveis mais elevados de tentativa de controlo. A idade e o número de filhos não se relacionaram com os estilos parentais (em qualquer dos grupos).

No que diz respeito à relação dos estilos educativos parentais com as variáveis sociodemográficas da criança, apenas foram encontradas relações estatisticamente significativas para o grupo Adopção. Especificamente, níveis superiores de suporte emocional associaram-se com a criança ser do sexo feminino e mais nova, relacionando-se ainda os níveis superiores de rejeição com o facto de a criança ser mais velha.

Deste modo, os resultados corroboram as hipóteses delineadas para os estilos educativos parentais nas quais se previa a relação destes (Suporte Emocional e/ou Tentativa de Controlo e/ou Rejeição) com pelo menos uma das variáveis sociodemográficas quer dos pais (Hipótese 5a), quer da criança (Hipótese 5b).

No geral, carece-se de estudos que foquem a relação entre estilos parentais e variáveis sociodemográficas, tanto dos pais quanto da criança, especialmente na população adoptiva.

No que se refere às variáveis dos pais, e começando com a duração do casamento/união de facto, constata-se que ela não tem sido muito valorizada do ponto de vista empírico, pelo que o presente estudo dá um contributo para aumentar o conhecimento neste domínio. Apesar de não se ter acedido a literatura que permita fundamentar melhor a associação negativa entre a duração do casamento/união de facto e os níveis superiores de suporte emocional e tentativa de controlo, no grupo adopção, estes resultados podem ser melhor percebidos se considerarmos que os pais adoptivos, de acordo com a lei, estão obrigatoriamente casados/em união de facto há pelo menos 4 anos, já tendo, portanto, partilhado algum tempo em comum, o que pode ajudar a explicar a existência de uma parentalidade positiva ‘desde cedo’, baseada em

características de afecto, aceitação da criança e disponibilidade para ela (suporte emocional), bem como controlo comportamental e preocupação com o seu bem-estar (tentativa de controlo), características que se podem enquadrar num estilo de tipo autoritativo. É possível que os pais cuja união é mais longa sejam também aqueles que estão com a criança há mais tempo ou que esperaram mais por ela, aspectos que poderão ter uma influência menos positiva no exercício da parentalidade em alguns casos. No que se prende com a associação da escolaridade com a tentativa de controlo no grupo Biológico, a literatura não é consensual. Por exemplo, Morris (1982) não encontra uma relação entre as duas variáveis, enquanto Silva et al. (2002) verificam que as mães com menos anos de escolaridade exercem mais controlo, interferindo com maior frequência nas acções da criança. Não obstante o estudo de Silva et al. incluir apenas mães, os resultados do presente estudo parecem ir no mesmo sentido. Acresce que, como a escolaridade está altamente correlacionada com o nível socioeconómico, pode considerar-se que o resultado obtido poderá também enquadrar-se no referido no estudo de Ceballo e Rodrigo (2008), em que os pais de nível socioeconómico mais baixo recorrem mais a um estilo educativo autoritário, com uso de mais controlo e de estratégias baseadas na afirmação de poder (e.g., restrição e castigo). Como se referiu, a associação negativa entre a tentativa de controlo e a escolaridade foi também encontrada no grupo Adopção, carecendo-se de literatura para uma maior fundamentação de tal relação neste grupo. Contudo, a semelhança entre o G1 e o G2 indicia que este tipo de relação será independente da criança ser ou não adoptada.

No que diz respeito à associação dos estilos educativos parentais com as variáveis sociodemográficas da criança, obtiveram-se, como já se referiu, relações significativas apenas para o grupo Adopção. Não obstante a lacuna observada na literatura para a relação com variáveis sociodemográficas ocorrer especialmente para esta população, os resultados obtidos parecem aproximar-se dos referidos na literatura que focaliza a parentalidade biológica, o que de certa forma permite supor a existência de semelhanças. Neste sentido, os resultados do presente estudo para a relação do suporte emocional quer com o sexo da criança, quer com a idade actual são coincidentes com a indicação de que os progenitores (biológicos) tendem a comunicar melhor e a ser mais apoiantes em relação às filhas (Lloyd & Devine, 2006; Pereira, 2007), considerando os pais e as mães que lhes dão mais afecto positivo (Michiels et al., 2010), e que são mais responsivos com elas (Grigorenko & Sternberg, 2000). Isto é consistente com o resultado encontrado por Russell et al. (1998), indicativo de que o estilo autoritativo teria maior probabilidade de ser usado com raparigas. Por sua vez, a associação entre o suporte emocional e a idade da criança encontrada no presente estudo vai na linha do mencionado por

Canavarro e Pereira (2007), segundo as quais as mães recorrem a mais suporte emocional no caso dos filhos mais novos. Por último, relativamente à associação positiva encontrada entre a rejeição e a idade da criança, é possível que as crianças mais velhas coloquem mais desafios aos pais, designadamente em termos de comportamento, e que tal tenha consequências para o clima relacional, adoptando os pais práticas compatíveis com um estilo parental mais negativo. No mesmo sentido, é possível que algumas das crianças mais velhas tenham sido adoptadas há menos tempo, tendo uma experiência mais longa de contacto com adversidade nos meios prévios à adopção, o contribuiria para eventuais problemas de comportamento e relacionais. Contudo, conforme já se referiu, os resultados para esta dimensão devem ser considerados com cautela, dada a consistência interna da dimensão correspondente, para o grupo adopção.

5.3.2 Padrões de Vinculação

No que se refere à relação dos Padrões de Vinculação (Segura, Ansiosa-Ambivalente e Evitante) com as variáveis sociodemográficas dos pais, verificou-se que, no caso do grupo Adopção, o maior número de filhos se associa com níveis mais baixos de vinculação segura. Já no Grupo Biológico o maior número de filhos associa-se com níveis mais baixos de vinculação ansiosa-ambivalente e de vinculação evitante, associando-se ainda os níveis mais baixos deste tipo de vinculação com os pais biológicos estarem casados (ou a viver em união de facto) há mais tempo. Não foi encontrada uma relação dos padrões de vinculação com a idade e escolaridade (em qualquer dos grupos).

Face à relação com variáveis sociodemográficas da criança, obteve-se apenas um resultado significativo, sugerindo que os pais adoptivos percebem níveis de vinculação segura superiores quando os filhos são mais novos. O sexo da criança não se associou com a vinculação (em ambos os grupos).

Desta forma, foi possível confirmar as hipóteses colocadas para os padrões de vinculação (Hipóteses 6a e 6b), que previam uma relação dos padrões de vinculação (Segura e/ou Ansiosa-Ambivalente e/ou Evitante) com pelo menos uma das variáveis sociodemográficas dos pais (6a) e da criança (6b) consideradas.

No que diz respeito à relação dos padrões de vinculação com as variáveis sociodemográficas dos pais, o número de filhos foi uma das que obteve maior destaque no presente estudo (dado o número de associações encontrado em ambos os grupos), embora não pareça muito valorizada empiricamente. Apesar disso, há que salientar que a associação negativa obtida entre a vinculação segura e o número de filhos, no grupo adopção, parece ir no sentido contrário do referido por Ammantini et al. (2005) face a famílias biológicas, segundo o

qual o maior número de filhos se associa com níveis superiores de segurança na vinculação. Contudo, o resultado obtido é compreensível já que o maior número de filhos poderá contribuir para uma menor disponibilidade para cada criança, limitando também, por hipótese, a sensibilidade e responsividade às necessidades de cada uma, e mais ainda se alguma delas for problemática, como pode acontecer no caso da adopção, podendo, portanto, o número de filhos ter potencial para interferir nas características da vinculação estabelecida, designadamente na “segurança” da mesma. No caso do grupo Biológico, o maior número de filhos associa-se com níveis mais baixos de vinculação insegura (ansiosa-ambivalente e evitante), mas não há uma relação com a vinculação segura, parecendo que aquela variável poderá ter um impacto diferente na vinculação consoante o tipo de família. Ainda no âmbito da adopção, alguns autores concluíram que as características sociodemográficas dos pais, em geral, não estão associadas a variações na vinculação (Rutter et al., 2001), o que de certa forma pode explicar o facto de, no grupo Adopção, ter sido obtida uma associação da vinculação apenas com uma das quatro variáveis sociodemográficas dos pais contempladas no estudo.

No grupo Biológico, a vinculação insegura (evitante) relacionou-se igualmente com a duração do casamento/união de facto (de forma negativa), sendo possível que, pelo menos alguns dos pais casados há menos tempo, fossem menos experientes e que tal, a par de características relacionais específicas, interferisse com a vinculação estabelecida nos primeiros anos, mantendo-se, por hipótese, um padrão inseguro até ao presente.

No que se refere à associação dos padrões de vinculação com as variáveis sociodemográficas da criança, como se referiu foi encontrada apenas uma relação (negativa) entre a vinculação segura e a idade da criança (grupo Adopção), resultado que se enquadra no referido por Salvaterra (2007), que obtém uma associação negativa entre a idade da criança e escalas que avaliam o contacto físico e a proximidade, se se considerar o contacto físico e a proximidade como indicadores de uma vinculação segura. O resultado é compreensível já que as crianças mais velhas não só podem colocar mais desafios ao exercício da parentalidade (mais ainda se forem rapazes), como o facto de serem adoptadas poderá contribuir para que estes desafios sejam acrescidos, designadamente do ponto de vista comportamental, o que pode ter consequências para a relação que os pais estabelecem com elas e, consequentemente, para a vinculação, com potencial tradução em níveis mais baixos do “padrão seguro”. Acresce que, como se mencionou anteriormente, as crianças mais velhas também poderão ter sido adoptadas com mais idade, sofrendo durante mais tempo as consequências nefastas das experiências adversas dos meios prévios (família de origem, ou mesmo, em alguns casos, experiências negativas em contexto institucional), também elas influentes na vinculação. Por fim, no

presente estudo não se encontrou uma relação do sexo da criança com a qualidade da vinculação, o que é contrário a alguma literatura que aponta as raparigas como mais “seguramente vinculadas”, em comparação com os rapazes (Salvaterra, 2007).

6. Conclusão

Nesta secção serão apresentadas as principais conclusões do presente trabalho, tendo em conta os objectivos estabelecidos. Serão ainda apontadas algumas limitações do estudo, bem como propostas para futuras investigações nesta área.

Este trabalho teve como objectivo geral o estudo dos estilos educativos parentais e dos padrões de vinculação em mães e pais adoptivos e biológicos de crianças em idade escolar.

Dos resultados obtidos, sobressaem diferenças significativas nos estilos parentais educativos e nos padrões de vinculação, em função do grupo (adopção/biológico) e da figura parental (mãe/pai) (Objectivo 1). Especificamente, as mães, comparativamente com os pais, referem níveis superiores de suporte emocional (em ambos os grupos); o grupo Adopção, em comparação com o grupo Biológico, tende a referir níveis mais altos de controlo, referindo também níveis mais elevados de vinculação ansiosa-ambivalente, constatando-se ainda que as mães e os pais do grupo Adopção percebem níveis mais elevados de vinculação evitante na criança, em comparação com as mães do grupo Biológico.

Face à relação das dimensões em estudo com variáveis específicas da adopção (Objectivo 2), destaca-se que a criança ter recebido apoio técnico se associa com a percepção de níveis mais elevados tanto de rejeição quanto de vinculação ansiosa-ambivalente por parte das figuras parentais (mães/pais). Para além disso, o facto de a criança ser mais nova aquando da adopção associa-se com a percepção de uma vinculação mais segura.

Por fim, estudou-se a relação dos estilos parentais educativos e dos padrões de vinculação com variáveis sociodemográficas, quer dos pais (idade, duração do casamento/união de facto, escolaridade e número de filhos) quer da criança (sexo e idade), em ambos os grupos (Objectivo 3). Face à relação com variáveis sociodemográficas dos pais (mãe/pai), sobressai que, no grupo Adopção, os pais que estão casados há menos tempo referem níveis mais elevados de suporte emocional e de tentativa de controlo, sobressaindo ainda que o menor número de filhos se associa com níveis mais elevados de vinculação segura. No caso do grupo Biológico, salienta-se que o maior número de filhos se associa com níveis mais baixos de vinculação ansiosa-ambivalente e de vinculação evitante, sendo também inferiores os níveis de vinculação evitante quando os pais biológicos se encontram casados há mais tempo. Em ambos os grupos, verifica-se que níveis mais baixos de escolaridade se associam com níveis mais elevados de Tentativa de Controlo.

No que diz respeito à relação das dimensões em estudo com variáveis sociodemográficas da criança, obtiveram-se resultados significativos apenas para o grupo Adopção. Realça-se que os

pais adoptivos referem o recurso a mais Suporte Emocional quer quando têm filhas, quer quando as crianças são mais novas, identificando ainda um maior recurso a rejeição quando elas são mais velhas. Adicionalmente, níveis mais elevados de vinculação segura associam-se com a criança ser mais nova.

No presente estudo foram definidas seis hipóteses, não se confirmando apenas uma (Hipótese 2b).

Com este estudo espera-se ter dado um contributo para aumentar o conhecimento no âmbito dos estilos educativos parentais e dos padrões de vinculação, nas populações adoptiva e biológica, mas muito em especial em relação aos estilos educativos parentais no caso da adopção, relativamente aos quais se identificou uma lacuna importante do ponto de vista empírico. Deu-se também um contributo para a compreensão da relação dos estilos educativos parentais e dos padrões de vinculação com variáveis sociodemográficas dos pais e da criança, e com variáveis específicas da adopção, algumas das quais carecem de estudo (como o apoio recebido pela criança adoptada e a duração do casamento/união de facto).

Destacam-se em seguida limitações do presente estudo, começando por referir as diferenças, não desejáveis, entre os grupos adopção e biológico relativamente a algumas variáveis sociodemográficas (idade, escolaridade, duração do casamento/união de facto e número de filhos), ainda que estas diferenças possam decorrer da própria condição ‘adopção’. Contudo, em estudos futuros será pertinente que haja um controlo mais extensivo deste tipo de variáveis, já que neste estudo apenas se controlou o sexo das figuras parentais e a idade das crianças. Constitui uma limitação adicional o recurso a grupos de pequena dimensão, pelo que investigações futuras deverão ter também em consideração este aspecto, e incluir amostras com um maior número de participantes e representativas da população, para ser viável a generalização dos resultados. Por último, destaca-se a natureza correlacional do estudo que não permite elucidar o sentido da influência de uma variável sobre a outra.

Futuramente, seria interessante explorar mais os dados obtidos, averiguando as características da relação das duas dimensões com variáveis da adopção e sociodemográficas, mas considerando os pais e as mães de forma independente (o que neste estudo só foi realizado para o Objectivo 1). Em estudos futuros, seria pertinente explorar a relação entre os estilos educativos parentais e os padrões de vinculação, e considerar a potencial influência de outras variáveis (e.g., stress parental, satisfação conjugal) nas dimensões analisadas e na sua relação (efeitos de mediação), bem como o papel moderador de variáveis sociodemográficas específicas. Acresce que teria igualmente pertinência o estudo das dimensões analisadas, considerando famílias adoptivas nucleares, singulares e mistas (com fratrias biológicas e

adoptivas), bem como eventuais diferenças entre ‘adopções tardias’ (de crianças mais velhas) *versus* ‘adopções precoces’ e ainda ‘adopções especiais’ (de crianças com necessidades especiais). Sugere-se também que se possa alargar a faixa etária alvo do estudo, de modo a estender a investigação a outros períodos de desenvolvimento, designadamente a idade pré-escolar e adolescência, já que a literatura parece indicar que os estilos educativos parentais e a vinculação variam ao longo do desenvolvimento da criança. Para além disso, seria proveitoso contemplar a perspetiva da própria criança acerca dos estilos parentais e da vinculação, e compará-la com as dos progenitores. Também a realização de estudos longitudinais poderia informar acerca das mudanças que possivelmente ocorrem na família e na própria criança ao longo do tempo, o que seria especialmente relevante no grupo Adopção. Neste domínio, seria interessante ir além da adoção nacional, abarcando a adoção internacional e transracia.

Referências

Ainsworth, M. D. S., Blehar, M. C., Waters, W., & Wall, S. (1978). *Patterns of attachment: A psychological study of the Strange Situation*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.

Alarcão, M. (2006). *(des)Equilíbrios familiares*. Coimbra : Quarteto.

Alonso, J., & Román, J. M. (2005). Práticas educativas familiares y autoestima. *Psicothema*, 17, 76-82.

Ammantini, M., Speranza, A. M., & Fedele, S. (2005). Attachment in infancy and in early and late childhood. In K. A. Kerns & R. A. Richardson (Eds.), *Attachment in middle childhood* (pp. 71-88). New York: Guilford Press.

Arrindell, W. A., & Van Der Ende, J. (1984). Replicability and invariance of dimensions of parental rearing behavior: Further Dutch experiences with the EMBU. *Personality and Individual Differences*, 5(6), 671-682.

Bakermans-Kranenburg, M., & van IJzendoorn, M. (2009). The first 10,000 adult attachment interviews: Distributions of adult attachment representations in clinical and non-clinical groups. *Attachment & Human Development*, 11(3), 223-263.

Barber, C. (1996). Parental psychological control: Revisiting a neglected construct. *Child Development*, 67, 3296-3319.

Barrett-Singer, A. T., & Weinstein, R. S. (2000). Differential parental treatment predicts achievement and self-perceptions in two cultural contexts. *Journal of Family Psychology*, 14(3), 491 -509.

Baumrind, D. (1971). Current patterns of parental authority. *Development Psychology Monographs*, 4(1), 1-103.

Baumrind, D. (1978). Parental disciplinary patterns and social competence in children. *Youth & Society*, 9, 239-276.

Baumrind, D. (1989). Rearing competent children. In W. Damon (Ed.), *Child development today and tomorrow* (pp. 349–378). San Francisco: Jossey-Bass.

Baumrind, D. (1991). Effective parenting during the early adolescent transition. In P.A. Cowan, & M. Hetherington (Eds.), *Family Transitions* (pp. 111-163). Hillsdale: Lawrence Erlbaum.

Baumrind, D., Larzelere, R., & Owens, E. (2010). Effects of preschool parents' power assertive patterns and practices on adolescent development. *Parenting: Science and Practice*, 10, 157-201.

Belsky, J. (2005). Attachment theory and research in ecological perspectives: Insights from the Pennsylvania infant and family developmental project and the NICHD study of early child care. In K. E. Grossmann, K. Grossmann, & E. Waters (Eds.), *Attachment from infancy to adulthood: The major longitudinal studies* (pp. 71-97). New York: Guilford.

Belsky, J. (1999). Modern evolutionary theory and patterns of attachment. In J. Cassidy & P. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research and clinical applications* (pp. 141-161). New York: The Guilford Press.

Bem, L. A. & Wagner, A. (2006). Reflexões sobre a construção da parentalidade e o uso de estratégias educativas em famílias de baixo nível socioeconómico. *Psicologia em Estudo, Maringá*, 11, 1, 63-71.

Bögels, S. M., & Brechman-Toussaint, M. L. (2006). Family issues in child anxiety: Attachment, family functioning, parental rearing and beliefs. *Clinical Psychology Review*, 26, 834-856.

Borkowski, J. G., Bisconti, T., Willard, C. C., Keogh, D. A., & Whitman, T. L. (2002). The adolescent as parent: Influences on children's intellectual, academic, and socioemotional development. In J. G. Borkowski, S. L. Ramey, & M. Bristol-Power (Eds.), *Parenting and the child's world: Influences on academic, intellectual, and socioemotional development* (pp. 161-184). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

Bornstein, M. H. (2002). Parenting infants. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting: Children and parenting* (Vol. 1, pp. 3-38). Mahwah, NJ: Erlbaum.

Bornstein, L., & Bornstein, M. H. (2007). Parenting styles and child social development. In R. E. Tremblay, R. G. Barr & R. D. Peters (Eds.), *Encyclopedia on Early Childhood Development* [online]. Montreal, Quebec: Centre of Excellence for Early Childhood Development. Acedido Fevereiro, 18, 2015 em <http://www.chilencyclopedia.com/documents/BornsteinANGxp.pdf>

Bronstein, P. (1984). Differences in mothers' and fathers' behaviors toward children: A cross-cultural comparison. *Developmental Psychologist*, 20(6), 995-1003.

Bowlby, J. (1971). *Attachment and loss: Vol 1. Attachment*. Harmondsworth: Penguin Books.

Bowlby, J. (1975). *Attachment and loss: Vol 2. Separation*. Harmondsworth: Penguin Books.

Bowlby, J. (1980). *Attachment and loss: Vol 3. Loss, sadness and depression*. Harmondsworth: Penguin Books.

Brodzinsky, D. M. (1987). Adjustment to adoption: A psychosocial perspective. *Clinical Psychology Review*, 7, 25-47.

Brodzinsky, D., Smith, D., & Brodzinsky, A. (1998). *Children's adjustment to adoption: Developmental and clinical Issues*. London: Sage Publications.

Brodzinsky, D. M., & Pinderhughes, E. E. (2002). Parenting and child development in adoptive families. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting: Children and parenting* (Vol. 1, pp. 279–311). Mahwah, NJ: Erlbaum.

Canavarro, M., & Pereira, A. (2007a). A avaliação dos estilos parentais educativos na perspectiva dos pais: A versão portuguesa do EMBU-P. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 2, 71-86.

Canavarro, M., & Pereira, A. (2007b). A percepção dos filhos sobre os estilos educativos parentais: A versão portuguesa do EMBU-C. *RIDEP*, 24, 193-210.

Canavarro, M. (1996). A avaliação das práticas educativas através do EMBU: Estudos psicométricos. *Psychologica*, 16, 5-18.

Carmo, P. H., & Alvarenga, P. (2012). Práticas educativas coercitivas de mães de diferentes níveis socioeconómicos. *Estudos de Psicologia*, 17(2), 191-197.

Cardoso, J., & Veríssimo, M. (2013). Estilos parentais e relações de vinculação. *Análise Psicológica*, XXXI (4): 393-406.

Carvalho, M. (2007). *Vinculação, temperamento e processamento de informação: Implicações emocionais e comportamentais no início da adolescência*. (Tese de Doutoramento não publicada). Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Braga.

Carvalho, M., Soares, I., & Baptista, A. (2006). Inventário sobre a vinculação para a infância e adolescência (IVIA). In I. Soares (Ed.), *Relações de vinculação ao longo do desenvolvimento: Teoria e avaliação* (pp. 253-255). Braga: Psiquilíbrios.

Cassidy, J., & Berlin, L. (1994). The insecure/ambivalent pattern of attachment. Theory and research. *Child Development*, 65, 971-991.

Castro, L., Pablo, J., Gómez, J., Arrindell, W. A., & Toro, J. (1997). Assessing rearing behavior from the perspective of the parents: A new form of the EMBU. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 32, 230-235.

Castro, J., Toro, J., Arrindell, W.A., van der Ende, J., & Puig, J. (1990). Perceived parental rearing style in Spanish adolescents, children and parents: Three new forms of the EMBU. In C. N. Stelaris, C. R. Soldatos, & A. D. Rabavillas (Eds.), *Psychiatry: A world erspective* (Vol. 4, pp. 345-349). Amsterdam: Elsevier.

Ceballos, E., & Rodrigo, M. J. (1998). Las metas y estrategias de socialización entre padres e hijos. In M. J. Rodrigo & J. Palácios (Eds.), *Familia y desarrollo humano* (pp. 225-243). Madrid: Alianza.

Cecconello, A., Antoni, C., & Koller, S. (2003). Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em Estudo*, 8, 45-54.

Chisholm, V. (1998). A three year follow-up of attachment and indiscriminate friendliness in children adopted from Romanian orphanages. *Child Development*, 69, 1092 – 1106.

Cohen, N., & Farnia, F. (2011). *Children adopted from China: Attachment security two years later*. Comunicação apresentada no SRCD Bienal Meeting, Montreal, Canadá.

Cowan, P., Powell, D., & Cowan, C. (1998). Parenting interventions: A family systems perspective. In W. Damon, I. Sigel, & A. Renninger (Eds.), *Handbook of child psychology: child psychology in practice* (Vol. 4, pp. 3-72). New York: John Wiley & Sons.

Cruz, O. (2005). *Parentalidade*. Coimbra: Quarteto.

Darling, N., & Steinberg, L. (1993). Parenting style as context: An integrative model. *Psychological Bulletin* 113, 487-496.

De Wolff, M. S., & van IJzendoorn, M. H. (1997). Sensitivity and attachment: A meta-analysis on parental antecedents of infant attachment. *Child Development*, 68, 571-591.

Diniz, S. (1997). *Este meu filho que eu não tive – A adoção e os seus problemas*. Porto: Edições Afrontamento.

Diniz, J. (2003). A adoção como problema e como resposta. *Cidade Solidária*, 10, 20-26.

Dornbusch, S., Ritter, P., Liederman, P., Roberts, D., & Fraleigh, M. (1987). The relation of parenting style to adolescent school performance. *Child Development*, 58, 1244-1257.

Dozier, M., Stovall, K. C., Albus, K. E., & Bates, B. (2001). Attachment for infants in foster care: The role of caregiver state of mind. *Child Development*, 72, 1467-1477.

Egeland, B., & Sroufe, L.A. (1981) Attachment and early maltreatment. *Child Development*, 52, 44-52.

Faria, A., Lopes dos Santos, P., & Fuertes, M. (2014). Pais e mães protegem, acarinham e brincam de formas diferentes. *Análise Psicológica*. XXXII (4), 419-437.

Ferreira, S. A., Pires, A., & Salvaterra, F. (2004). Filho do coração: Adopção comportamento parental. *Análise Psicológica*, 22 (2), 399-411.

Finkenauer, C., Engels, R. C., & Baumeister, R. F. (2005). Parenting behaviour and adolescent behavioural and emotional problems: The role of self-control. *International Journal of Behavioral Development*, 29(1), 58-69.

Florsheim, P., & Smith, A. (2005). Expectant adolescent couples' relations and subsequent parenting behavior. *Infant Mental Health Journal*, 26, 533-548.

Fuertes, M., Faria, A., Soares, H., Oliveira-Costa, A., Corval, R., & Figueiredo, S. (2009). Dois parceiros, uma só dança: Contributos do estudo da interação mãe-filho para a intervenção precoce. In G. Portugal (Ed.), *Ideias, projectos e inovação no mundo das infâncias – O percurso e a presença de Joaquim Bairrão* (pp. 127-140). Aveiro: Universidade de Aveiro.

Gabler, S., Bovenschen, I., Lang, K., Zimmermann, J., Nowacki, K., Kliwer, J., & Spangle, G. (2014). Foster children's attachment security and behavior problems in the first six months of placement: Associations with foster parents' stress and sensitivity, *Attachment & Human Development*, 16(5), 479-498.

Gibson, K. (2009). Differential parental investment in families with both adopted and genetic children. *Evolution and Human Behavior*, 30, 184-189.

Gomes, M. I. (2010). *(Des)complexificando os estilos parentais: Com pais casados e pais divorciados-separados*. Tese de Mestrado não-publicada. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Lisboa.

Granot, D., & Mayseless, O. (2001). Attachment security and adjustment to school in middle childhood. *International Journal of Behavioral Development*, 25(6), 530-541.

Grigorenko, E. L., Sternberg, R. J. (2000). Elucidating and etiology and nature of beliefs about parenting styles. *Developmental Science*, 3(1), 93-112.

Grusec, J., & Goodnow, J. (1994). Impact of parental discipline methods on the child's internalization of values: A reconceptualization of current points of view. *Developmental Psychology*, 30, 4-19.

Grusec, J. (2002). Parental socialization and children's acquisition of values. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting: Issues in parenting* (Vol.5, pp. 143- 167). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

Hamilton., L., Cheng, S., & Powell, B. (2007). Adoptive parents, adaptive parents: Evaluating the importance of biological ties for parental investment. *American Sociological Review*, 72, 95–116.

Hartman, A., & Laird, J. (1990). Family treatment after adoption: Common themes. In D. Brodzinsky & M. Schechter (Eds.), *The psychology of adoption* (pp. 221-239). New York, NY: Oxford University Press.

Hoopes, J. L. (1982). *Prediction in child development: A longitudinal study of adoptive and nonadoptive families*. New York: Child Welfare League of America.

Hughes, D. A. (1999). Adopting children with attachment problems. *Child Welfare*, 78 (5), 541-560.

Jongenelen, I., Soares, I., Grossmann, K., & Martins, C. (2006). Vinculação em mães adolescentes e seus bebês. *Psicologia*, XX (1), 11-36.

Juffer, F., Bakermans-Kranenburg, M., & Van Ijzendoorn, M. (2005). The importance of parenting in the development of disorganized attachment: Evidence from a preventive intervention study in adoptive families. *Journal of Child Psychology and Psychiatry* 46(3), 263–274.

Juffer, F., Hoksbergen, A. C., Riksen-Walraven, J. M., & Kohnstamm, G. A. (1997). Early intervention in adoptive families: Supporting maternal sensitive responsiveness, infant-mother attachment, and infant competence. *J. Child Psychol. Psychiat.*, 38(8), 1039-1050.

Juffer, F., & Rosenboom, L. (1997). Infant-mother attachment of internationally adopted children in the Netherlands. *International Journal of Behavioral Development*, 20(1), 93-107.

Juffer, F., & van IJzendoorn, M. H. (2009). International adoption comes of age: Development of international adoptees from a longitudinal and meta-analytical perspective. In G. M. Wrobel & E. Neil (Eds.), *International advances in adoption research for practice* (pp. 169–192). New York: Wiley.

Kerr, D., Capaldi, D., Pears, K., & Owen, L. (2009). A prospective three generational study of fathers' constructive parenting: Influences from family of origin, adolescent adjustment, and offspring temperament. *Developmental Psychology*, 45(5), 1257-1275.

Kuppens, S., Grietens, H., Onghena, P., & Michiels, D. (2009). Measuring parenting dimensions in middle childhood: Multitrait-multimethod analysis of child, mother, and father ratings. *European Journal of Psychological Assessment*, 25(3), 1-8.

Lansford, J. E., Ceballo, R., Abbey, A., & Stewart, A. J. (2001). Does family structure matter? A comparison of adoptive, two-parent biological, single-mother, stepfather, and stepmother households. *Journal of Marriage and Family*, 63, 840–851.

Lanz, M., Iafrate, R., Rosnati, R., & Scabini, E. (1999). Parent–child communication and adolescent self-esteem in separated, intercountry adopted, and intact non-adoptive families. *Journal of Adolescence*, 22, 785–794.

Leaper, C. (2002). Parenting girls and boys. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting: Children and parenting* (Vol. 5, pp. 189-225). Lawrence Erlbaum Associates.

Levy–Shiff, R., Goldshmidt, I., & Har-Even, D. (1991). Transition to parenthood in adoptive families. *Development psychology*, 27 (1), 131-140.

Lila, F. (2009). *Auto-estima e percepção das práticas parentais na fase inicial da adolescência*. Tese de Mestrado Integrado em Psicologia, não publicado, Universidade de Lisboa, Lisboa.

Lim, J., Wood, B. L., & Miller, B. D. (2008). Maternal depression and parenting in relation to child internalizing symptoms and asthma disease activity. *Journal of Family Psychology*, 22 (2), 264-273.

Llyod, K., & Devine, P. (2006). Parenting practices in northern Ireland: Evidence from the northern Ireland household panel survey. *Child Care in Practice*, 12(4), 365-376.

Loehlin, J. C., Horn, J. M, & Ernest, J. L. (2010). Parent–child closeness studied in adoptive families. *Personality and Individual Differences*, 48, 149–154.

Lopes dos Santos, P., & Fuertes, M. (2005). Vinculação em populações especiais. In J. Bairrão (Coord.), *Desenvolvimento: Contextos familiares e educativos* (pp. 172-199). Porto: Livpsi.

López-Soler, C., Puerto, J. C., López-Pina, J. A., & Prieto, M. (2009). Percepción de los estilos educativos parentales e inadaptación en menores pediátricos. *Anales de Psicología*, 25(1), 70-77.

Maccoby, E. E. (2000). Parenting and its effects on children: On reading and misreading behavior genetics. *Annual Review of Psychology*, 51, 1-27.

Maccoby, E., & Martin, J. (1983). Socialization in the context of the family: Parent-child interaction. In P. Mussen (Ed.), *Handbook of child psychology: Vol.4. Socialization, personality, and social development* (4th ed., pp. 1-101). New York: John Wiley.

Main, M., & Soloman, J. (1990). Procedures for identifying infants as desorganized/disoriented during the Ainsworth strange situation. In M. T Greenberg, D. Cicchetti, & E. Cummings (Eds.), *Attachment in the preschool years* (pp. 121-160). Chicago: University of Chicago Press.

Marcovitch, S., Cesaroni, L., Roberts, W., & Swanson, C. (1995). Romanian adoption: Parents' dreams, nightmares, and realities. *Child Welfare*, 74, 993-1017

Marcovitch, S., Goldberg, S., Gold, A., Washington, J., Wasson, C., Krekewich, K., et al. (1997). Determinants of behavioural problems in Romanian children adopted in Ontario. *International Journal of Behavioural Development*, 20(1), 17-31.

Marquis, K., & Detweiler, R. (1985). Does adopted mean different? An attributional analysis. *Journal of Personality and Social Psychology*, 48, 1054- 1066.

Martínez, I., & García, J. (2008). Internalization of values and self-esteem among Brazilian teenagers from authoritative, indulgent, authoritarian, and neglectful homes. *Adolescence*, 43, 13-29.

Marty, A. H., Readdick, C. A., & Walters, C. M. (2005). Supporting secure parent-child attachments: The role of the non-parental caregiver. *Early Child Development and Care*, 175 (3), 271-283.

Matos, P. M., & Costa, M. E. (2006). Vinculação aos pais e ao par romântico em adolescentes. *Psicologia*, XX, 97-126.

Michiels, D., Grietens, H., Onghena, P., & Kuppens, S. (2010). Perceptions of maternal and paternal attachment security in middle childhood: Links with positive parental affection and psychosocial adjustment. *Early Child Development and Care*, 180(1-2), 211-225.

Monteiro, L., Veríssimo, M., Vaughn, B., Santos, A. J., & Fernandes, M. S. (2008). Análise do fenómeno de base segura em contexto familiar: As relações criança/mãe e criança/pai. *Psicologia*, XXII (1), 105-125.

Morris, D. (1982). Attachment and Intimacy. *Intimacy*, 19, 205-323.

Muñoz, I., Rebollo, M., Fernandez-Molina, M., & Morán, R. (2007). Percepción de las estrategias de socialización parentales en familias adoptivas y no adoptivas. *Psicothema*, 19 (4), 597-602.

Nunes, S. A., Franco, A. M. ., & Vieira, M. L. (2013). Attachment and parental practices as predictors of behavioral disorders in boys and girls. *Paidéia*, 23(56), 369-377.

O'Connor, T. G., Dunn, J., Jenkins, J. M., & Rasbash, J. (2006). Predictors of between-family and within-family variation in parent-child relationships. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 47, 498-510.

Oliveira, J. (2002). *Psicologia da família*. Lisboa: Universidade Aberta.

Pace, C. S., & Zavattini, G. C. (2010). 'Adoption and attachment theory' the attachment models of adoptive mothers and the revision of attachment patterns of their late-adopted children. *Child: Care, Health and Development*, 37 (1), 82-88.

Palacios, J., Román, M., Moreno, C., & León, E. (2009). Family context for emotional recovery in internationally adopted children. *International Social Work*, 52 (5), 609-620.

Pederson, D. R., & Moran, G. (1996). Expressions of the attachment relationship outside of the strange situation. *Child Development*, 67, 915-927.

Pereira, A. (2009). *Crescer em relação: Estilos parentais educativos, apoio social e ajustamento*. Fundação Calouste Gulbenkian.

Pereira, A. I., Canavarro, C., Cardoso, M. F., & Mendonça, D. (2009). Patterns of parental rearing styles and child behaviour problems among Portuguese school-aged children. *Journal of Child and Family Studies*, 18, 454-464.

Ponciano, L. (2010). Attachment in foster care: The role of maternal sensitivity, adoption, and foster mother experience. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 27, 97-114.

Pryor, J. (2004). Parenting in reconstituted and surrogate families. In M. Hoghughi , & N. Long, (Eds.), *Handbook of parenting – theory and research for practice* (pp. 110-129). London: Sage.

Raikes, H. A., & Thompson, R. A. (2005). Links between risk and attachment security: Models of influence. *Applied Developmental Psychology*, 26, 440-455.

Robertson, J., & Robertson, J. (1989). *Separation and the very young*. London: Free Association Press.

Rodríguez, M., Donovanick, M., & Crowley, S. (2009). Parenting styles in a cultural context: Observations of protective parenting in first-generation Latinos. *Family Process*, 48, 195-210.

Roelofs, J., Meesters, C., Ter Huurne, M., Bamelis, L., & Muris, P. (2006). On the links between attachment style, parental rearing behaviors, and internalizing and externalizing problems in non-clinical children. *Journal of Child and Family Studies*, 15(3), 331-344.

Román, M. (2010). *El apego en niños y niñas adoptados. Modelos internos, conductas y trastornos de apego*. Tese de Doutoramento. Universidad de Sevilla, Sevilla.

Rohner, R. P. (2004). The Parental “Acceptance-Rejection Syndrome”: Universal correlates of rejection. *American Psychologist*, pp. 830-840.

Roskam, I., & Meunier, J. C. (2009). How do parenting concepts vary within and between the families? *European Journal of Psychology of Education*, 14(1), 33-47.

Rosnati, R., Iafrate, R., & Scabini, E. (2007). Parent–adolescent communication in foster, inter-country adoptive, and biological Italian families: Gender and generational differences. *International Journal of Psychology*, 42, 36–45.

Rueter, M. A., Keyes, M.A., Iacono, W.G., & McGue, M. (2009). Family Interactions in adoptive compared to nonadoptive families. *Journal of Family Psychology*, 23(1), 58–66.

Rueter, M. A., & Koerner, A. K. (2008). The effect of family communication pattern on adopted adolescent adjustment. *Journal of Marriage and Family*, 70, 715–727.

Rutter, M., Kreppner, J., & O’Conner, T. (2001). Specificity and heterogeneity in children’s responses to profound institutional deprivation. *British Journal of Psychiatry*, 179, 97– 103.

Russell, A. (1997). Individual and family factors contributing to mothers’ and fathers’ positive parenting. *International Journal of Behavioral Development*, 21(1), 111-132.

Russell, A., Aloa, V., Feder, T., Glover, A., Miller, H. & Palmer, G. (1998). Sex-based differences in parenting styles in a sample with preschool children. *Australian Journal of Psychology*, 50, 2, 89-99.

Salvaterra, F. (2007). *Vinculação e adopção*. Dissertação de Doutoramento em Psicologia Aplicada, Instituto Superior de Psicologia Aplicada da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

Salvaterra, F., & Veríssimo, M. (2008). A adopção: O direito e os afectos- caracterização das famílias adoptivas do distrito de Lisboa. *Análise Psicológica*, XXVI (3), 501-517.

Scher, A., & Mayseless, O. (2000). Mothers of anxious/ambivalent infants: Maternal characteristics and child-care context. *Child Development*, 71 (6), 1629-1639.

Shek, D. (2000). Differences between fathers and mothers in the treatment of, and relationship with, their teenage children: Perceptions of Chinese adolescents. *Adolescence*, 35, 135- 146.

Silva, A. T. B., Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. P. (2002). Relacionamento pais-filhos: Um programa de desenvolvimento interpessoal em grupo. *Psicologia Escolar e Educacional*, 3, 203-215.

Simões, S., Farate, C., & Pocinho, M. (2011). Estilos educativos parentais e comportamentos devinculação das crianças em idade escolar. *Interacções*, 20, 55-79.

Simões, S. C., Farate, C., Soares, I. & Duarte, J. (2013). Predição do apego de crianças em função do estilo educativomaterno e dotde família. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26 (1), 168-176.

Simões, S. (2011). *Influência dos estilos educativos parentais na qualidade da vinculação de crianças em idade escolar em diferentes tipos de família*. Tese de Doutoramento não-publicada. Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Universidade do Porto.

Singer, L. M., Brodzinsky, D. M., Ramsay, D., Steir, M., & Waters, E. (1985). Mother-infant attachment in adoptive families. *Journal of Child Development*, 56, 1543-1551.

Smyke, A. T., Zeanah, C. H., Fox, N. A., Nelson, C. A., & Guthrie, D. (2010). Placement in foster care enhances quality of attachment among young institutionalized children. *Child Development*, 81, 212–223.

Soares, I. (1996). *Representação da Vinculação na Idade Adulta e na Adolescência. Estudo Integral: mãe-filho(a)*. Serviço de Publicações, Instituto de Educação e Psicologia – Universidade do Minho: Braga.

Soares, I., Marques, M., Martins, C., Figueiredo, B., Jongenelen, I., & Matos, R. (2001). Gravidez e maternidade na adolescência: Um estudo longitudinal. In M. C. Canavarro (Ed.), *Psicologia da gravidez e da maternidade* (pp. 355-407). Coimbra: Quarteto Editora.

Solomon, C. R., & Poirier, M. (2006). Parenting styles and attributions and the behavior of children in the "no" stage in adoptive and biological families. *Adoption Quarterly*, 10(1), 63-83.

Sprinthall, N., & Collins, W (2003). *Psicologia do adolescente*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Sroufe, L. A. (2002). From infant attachment to promotion of adolescent autonomy: Prospective, longitudinal data on the role of parents in development'. In J. G. Borkowski, S. L. Ramey, & M. Bristol-Power (Eds.), *Parenting and the child's world: Influences on academic, intellectual, and socioemotional development* (pp. 187-202). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

Stovall-McClough, K. C.. & Dozier, M. (2004). Forming attachments in foster care: Infant attachment behaviours during the first 2 months of placement. *Development and Psychopathology*, 16, 253-271.

Tan, T.X., Camras, L.A., Deng, H., Zhang, M., & Lu, C. (2012). Family stress, parenting styles, and behavioral adjustment in preschool-age adopted Chinese girls. *Early Childhood Research Quarterly*, 27, 128– 136.

Tizard, B., & Hodges, J. (1978). The effect of early institutional rearing on the development of eight-year-old children. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 19, 99-118.

Townsend, N. (2002). Cultural contexts of father involvement. In C. S. Tamis-LeMonda, & N. Cabrera (Eds.), *Handbook of father involvement: Multidisciplinary perspectives* (pp. 249-277). London: Lawrence Erlbaum Associates.

Triseliotis, J., Shiremanin, J., & Hundleby, M. (1997). *Adoption, theory, policy and practice*. Cassel, Great Britain.

van den Dries, L., Juffer, F., van IJzendoorn, M. H., & Bakermans-Kranenburg, M. J. (2009). Fostering security? A meta-analysis of attachment in adopted children. *Children and Youth Services Review*, 31, 410–421.

van IJzendoorn, M. H., & Sagi-Schwartz, A. (2008). Cross-cultural patterns of attachment: Universal and contextual dimensions. In J. Cassidy & P.R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (2nd ed., pp. 880-905). New York: Guilford Press.

van Londen, W. M., Juffer, F., & van IJzendoorn, M. (2007). Attachment, cognitive, and motor development in adopted children: Short-term outcomes after international adoption. *Journal of Pediatric Psychology*, 32(10), 1249-1258.

Veríssimo, M., Monteiro, L., Vaughn, B. E., Santos, A. J., & Waters, H. (2005). Coordenação entre o modelo interno dinâmico da mãe e o comportamento de base segura dos seus filhos. *Análise Psicológica*, XXIII (2), 85–97.

Veríssimo, M., & Salvaterra, F. (2006). Maternal secure-base scripts and children's attachment security in an adopted sample. *Attachment & Human Development*, 8(3), 261-273.

Weinfield, N., Ogawa, J., & Sroufe, L. A. (1997). Early attachment as a pathway to adolescent peer competence. *Journal of Research on Adolescence*, 7, 241-265.

Weinfield, N. S., Sroufe, L. A., & Egeland, B. (2000). Attachment from infancy to early adulthood in a high-risk sample: continuity, discontinuity, and their correlates. *Child Development*, 71, 695-702.

Weinfield, N., Sroufe, L. A., Egeland, B., & Carlson, E. (1999). The nature of individual differences in infant-caregiver attachment. In J. Cassidy & P. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research and clinical applications* (pp. 68-88). New York: Guilford.